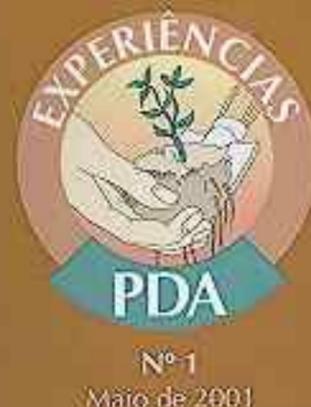


PDA

SUBPROGRAMA PROJETOS DEMONSTRATIVOS

Setor Comercial Sul
Quadra 6 - Bloco A - 2º Andar
Cep 70300-500
Brasília - DF
Fone: 61.325-5224
Fax: 61.223-0763
E-mail: pda@rudah.com.br

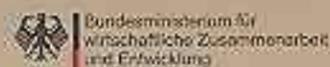


PROJETO FRUTOS DO CERRADO

Novo rumo para o desenvolvimento regional



Área de associado de
Santa Maria do Tocantins, com
caju e andu consorciados



KfW Kreditanstalt
für Wiederaufbau

gtz
Deutsche Gesellschaft für
Technische Zusammenarbeit GmbH



paud



FFEM
Fundo Francês para o Meio Ambiente

**GOVERNO
FEDERAL**
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

BANCO DO BRASIL



Programa Piloto para
Proteção das Florestas
Tropicais do Brasil - PPG7

Jean-Pierre Leroy
Grayton Tavares Toledo



PROJETO FRUTOS DO CERRADO

Novo rumo para o desenvolvimento regional

Jean-Pierre Leroy

Coordenador de meio ambiente e desenvolvimento da FASE

Grayton Tavares Toledo

Consultor agro-ambiental - POEMA/Bolsa Amazônia

**Ministério do Meio Ambiente (MMA)**

Ministro: José Sarney Filho

Secretaria de Coordenação da Amazônia (SCA)

Secretária: Mary Helena Allegretti

Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7)

Coordenador Geral: Carlos Aragón Castillo

Subprograma Projetos Demonstrativos (PDA)

Secretário Técnico: Jorg Zimmermann

Secretário Técnico Adjunto: Wigold Schäffer

Assessores Técnicos: Célia Chaves de Sousa, Demóstenes Augusto Alves de Moraes, Denise Pufal, Ricardo Russo e Ricardo Verdum

Equipe Financeira: Cláudia Alves e Nilson Luiz Nogueira

Equipe Administrativa: Lúcia Amaral Souza, Francisca Kalidaza Medeiros, Eduardo Ganzer e Geórgia Basto Alô

Perito da GTZ: Thomas Fatheuer

Esta publicação apresenta os resultados de consultoria realizada no Projeto Frutos do Cerrado em março de 2000 e foi produzida com apoio financeiro da Agência de Cooperação Técnica Alemã, GTZ.

Equipe responsável: Célia Chaves, Jorg Zimmermann, Ricardo Verdum e Thomas Fatheuer

Edição: Tereza Moreira

Projeto Gráfico: Luiz Daré

Cooperação Financeira: República Federal da Alemanha (KfW), União Européia (CEC), Rain Forest Trust Fund (RTF), Fundo Francês para o Meio Ambiente Mundial (FFEM)

Coordenação do PPG7 no Brasil: Banco Mundial – Unidade de Florestas Tropicais (RFUM)

Cooperação Técnica: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) Projeto BRA/93/044 – Projetos Demonstrativos (PDA)

Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (GTZ) GmbH

Agente Financeiro: Banco do Brasil



Apresentação

Assim como o primeiro olhar para o Cerrado não suscita de imediato o efeito da contemplação das paisagens exuberantes da Amazônia ou da Mata Atlântica, o primeiro olhar para a Rede Frutos do Cerrado (RFC) identifica pouca novidade no cenário das organizações de produtores.

No entanto, ao nos embrenharmos nas diversas formações fisionômicas do Cerrado, vão aparecendo as pequenas e espetaculares surpresas: flores de um colorido tão vivo quanto improvável, arbustos de estética surrealista, frutos de sabor forte, como devem ser fortes os filhos e filhas desse Bioma. Da mesma forma, ao nos aproximarmos da experiência conduzida pelos agricultores e índios que compõem a RFC ficamos surpresos.

Como é possível que um grupo de pequenos agricultores e índios, pressionados por um ambiente tão desfavorável – de um lado a mineração, a metalurgia e a produção de eucaliptos; de outro as frentes de expansão da soja e da pecuária – consegue se organizar para propor um novo modelo de desenvolvimento para a região? E, mais, que essa proposta seja pautada pelos princípios da solidariedade, do respeito aos seres humanos e à natureza e da busca da sustentabilidade? Quanto ao lema desses agricultores e índios, um grito de guerra e ao mesmo tempo um pedido de socorro: **VAMOS MANTER O CERRADO EM PÉ!**

É sobre essa experiência que trata esta publicação. Sobre seus erros e acertos e seus enormes desafios daqui para frente. Também é um relato de como um programa piloto, criado a partir da união de vários povos em defesa das florestas tropicais brasileiras, consegue alcançar áreas tão remotas da pré-amazônia e contribuir para a criação de novas alternativas econômicas sustentáveis para toda uma população.

Mas esta história é só o início. Aqui apresentamos apenas o primeiro capítulo escrito com o apoio do Subprograma Projetos Demonstrativos (PDA)*. A consolidação de tais propostas somente será possível com a sua inserção nas políticas públicas, em seus vários níveis, e considerando a realidade ambiental e social da região.

Com a presente publicação, o PDA inaugura uma série que pretende divulgar as experiências mais significativas na construção do desenvolvimento sustentável, apoiadas pelo Subprograma. Dirige-se aos agricultores, ribeirinhos, povos indígenas e extrativistas que compõem o seu público-alvo e também àqueles que atuam na assessoria técnica dos produtores e na formulação e gestão de políticas públicas.

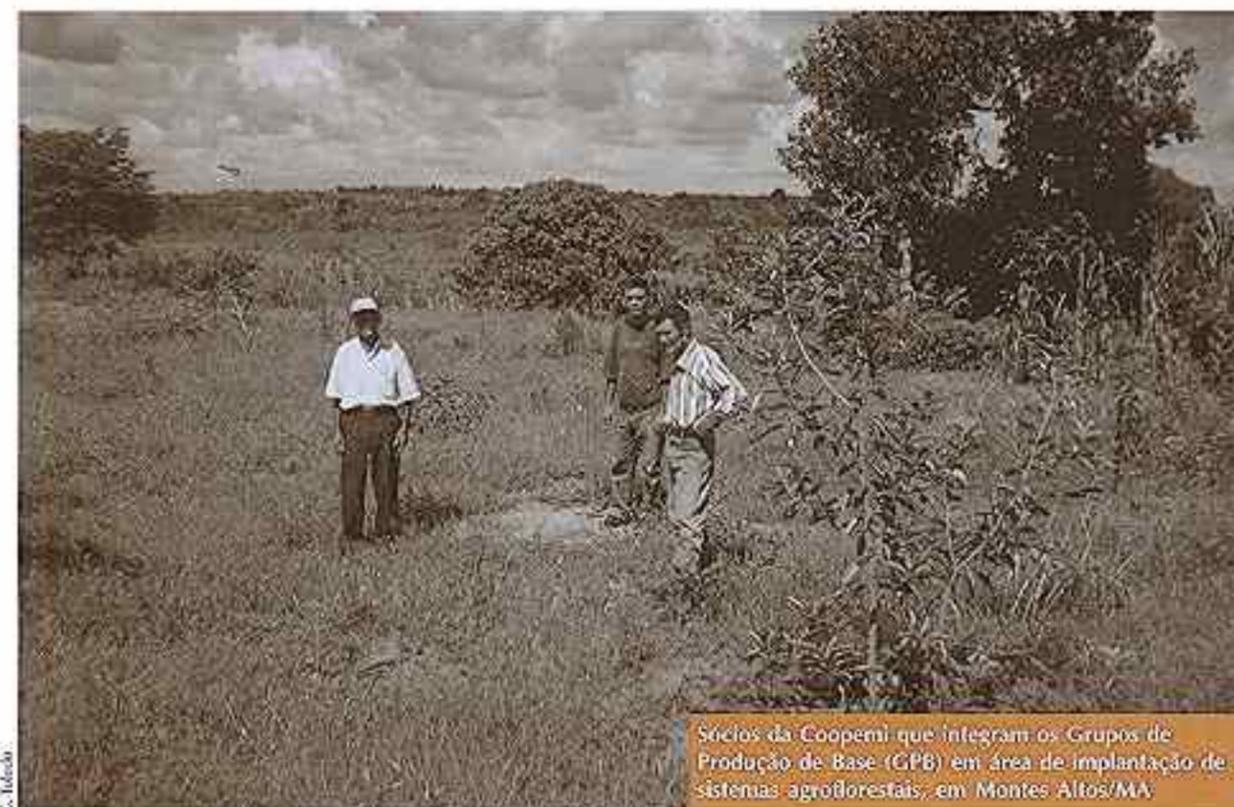
Denise Pufal

* Como resultado de consultoria realizada no Projeto Frutos do Cerrado (PFC) em março de 2001.

Sumário

O Cerrado e a Rede	7
Raízes da Organização	9
Atuação do Projeto.....	11
Objetivos Gerais e Específicos	13
Avançando na Reflexão sobre Desenvolvimento	15
Desafios da Organização	20
Resultados e Impactos	25
Atividades do Projeto	29
Processamento e Comercialização.....	44
Sustentabilidade e Replicabilidade do Projeto.....	49
Conclusões e Recomendações.....	54
Lista de Siglas.....	61

O Cerrado e a Rede



Sócios da Coopemi que integram os Grupos de Produção de Base (GPB) em área de implantação de sistemas agroflorestais, em Montes Altos/MA

A Rede Frutos do Cerrado (RFC), executora do Projeto Frutos do Cerrado (PFC), estende-se por um vasto território entre os estados do Maranhão e do Tocantins. O PFC compõe-se de 11 subprojetos, dos quais foram visitados oito, em Carolina, Loreto, São Raimundo das Mangabeiras, Montes Altos, Imperatriz e João Lisboa, no Maranhão, e Santa Maria do Tocantins, neste estado. Trata-se de uma área de transição entre a Floresta Amazônica, predominante nos municípios ao norte do Projeto, e o Cerrado, único ecossistema existente em Loreto e em Santa Maria do Tocantins.

A cooperativa de Amarante está separada da cooperativa de Loreto por 715 quilômetros de estrada, passando por Imperatriz e por Carolina. Entre Imperatriz e Santa Maria do Tocantins, são aproximadamente 500 quilômetros. A distância entre Loreto e Santa Maria do Tocantins é de 600 quilômetros, parte sem asfalto.

Os municípios em que predominava a Floresta Tropical Úmida foram majoritariamente ocupados nos anos 1960 por pequenos produtores migrantes e pela frente pecuária. Esse processo desencadeou um acentuado desmatamento e violentos conflitos de terra que, por sua vez, provocaram novas migrações e maior degradação do solo. As áreas de pastagem sofreram intoxicação com o uso indiscriminado de herbicidas.

As regiões de Cerrado são, em geral, de ocupação mais antiga e só recentemente, com a frente de expansão da soja e da cana, começam a sofrer crescente devastação.

A pecuária extensiva e a produção familiar de subsistência predominam. Impõem-se, no plano econômico, a cultura de eucalipto, ao norte do PFC, e a da soja, ao sul. Os interesses econômicos dominantes, bem como as políticas públicas e as forças políticas, orientam-se para a expansão desse modelo de agricultura. As vias de comunicação organizam-se ao redor da ferrovia Norte-Sul e do terminal graneleiro da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) em Imperatriz, assim como das rodovias TO-376/245 e MA-330, que estão sendo pavimentadas para o escoamento da soja.

Acrescentem-se a esse quadro algumas dificuldades enfrentadas pelos pequenos produtores e pelos povos indígenas, como:

- *fechamento da fronteira agrícola, pois já não há mais terras livres;*
- *superexploração das terras, com empobrecimento dos solos e baixa produtividade;*
- *preço irrisório dos produtos de subsistência, produzidos tradicionalmente;*
- *baixo nível de educação;*
- *ausência de saúde pública;*
- *falta de assistência técnica, de crédito e de outras políticas voltadas à agricultura familiar;*
- *custo da terra, que voltou a subir com os projetos mencionados;*
- *marginalização cultural e ideológica sofrida pelos pequenos produtores e, duplamente, pelos povos indígenas;*
- *intrusão e invasão de terras indígenas.*

Pode-se medir os desafios com os quais se confrontam essas populações. A pauperização de que são vítimas contribuiu para frear a expansão das suas lavouras e pastos, fazendo com que se mantenham preservados, em geral, mais do que os 50% previstos no Código Florestal. Nem sempre, porém, as áreas conservadas são as de preservação permanente, como brejos e outras zonas úmidas. Cabe ressaltar que os municípios mais devastados são os de João Lisboa e Imperatriz, onde predominava a floresta.



Reunião dos associados da Vyty-Cati por ocasião da visita de avaliação do encerramento do Projeto, na Aldeia São José, em Tocantinópolis/MA.

G. Toledo

Raízes da organização

As RFC, as cooperativas e as associações-membros não nasceram de um dia para outro. Representam o ápice de um longo processo de maturação do encontro de entidades de apoio solidário com pequenos produtores e povos indígenas.

O Centro de Trabalho Indigenista (CTI) desenvolve há anos um trabalho de apoio aos povos indígenas da região. Dessa forma, contribuiu para que surjam lideranças e formas de organização capazes de assumir um processo de afirmação do papel central dos povos indígenas na preservação do Cerrado e da floresta, sem atropelar as organizações tradicionais.

O CTI e as lideranças indígenas souberam também combinar a necessária adaptação das estratégias de sobrevivência desses povos no mundo dos brancos, particularmente por meio de projetos econômicos e de educação, com a preservação dos seus valores e das suas culturas. Destaca-se nesse contexto o seu apoio para a criação e a manutenção da Associação Vyty-Cati, que congrega 10 aldeias pertencentes a cinco grupos indígenas diferentes (Pykobjê ou Gavião, Krikati, Canela, Krahô e Apinajé) e funciona como uma espécie de 'Central' ou 'Federação' de organizações indígenas.

À exceção parcial das organizações de Santa Maria e Montes Altos, todas as cooperativas, assim como a Associação Agroextrativista dos Pequenos Produtores de Carolina (AAPPC), possuem uma história similar. Sua trajetória passa pelas comunidades de base, organizadas pela Igreja Católica nos anos 1980, pela participação ativa dos seus membros nos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR), pela luta que levou à constituição de vários tipos de assentamentos na região, pelos 174 Grupos de Produção de Base (GPB) que formaram a base social das cooperativas e, enfim, por pequenas experiências na área econômica.

Há quase 15 anos em Imperatriz e tendo em sua direção pequenos produtores que lideram até hoje o cooperativismo, o Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (Centru) marcou o conjunto desse processo e juntamente com o movimento sindical foi o articulador dessas organizações, desde os GPB

existentes em cada município ao Fórum das Organizações Sindicais da região. Criou a Escola Sindical Padre Josimo Moraes Tavares, que fazia capacitação agrícola em plantios permanentes e recebia financiamento da agência holandesa Cebemo, para plantios permanentes.

Se o CTI e o Centru vinham defendendo a conservação dos recursos naturais, acompanhados, progressivamente, por expressivas lideranças, a aliança entre ambos possibilitou a afirmação de um projeto de desenvolvimento regional sustentável, baseado nas potencialidades oferecidas pelos recursos naturais e humanos da região.

Juntando-se um conjunto de organizações e estabelecendo-se uma ponte entre os trabalhadores rurais 'brancos' e os povos indígenas da região, criava-se um pólo que poderia tentar resistir à implementação, na região, de um modelo econômico baseado na depredação dos ecossistemas e na negação dos sistemas de produção e extrativismo locais.

Atuação do Projeto



Viveiro em São Raimundo das Mangabeiras/MA, com uma estrutura simples, porém funcional.

As áreas de atuação prioritária definidas para todos os subprojetos, à exceção de Vyty-Cati, foram:

- *beneficiamento, processamento e comercialização da produção agroextrativista;*
- *cultura permanente;*
- *proteção de recursos florestais nativos, utilizados para fins econômicos; e*
- *disseminação de técnicas voltadas para o uso sustentável dos recursos naturais.*

A Associação Vyty-Cati, em lugar de culturas permanentes, volta-se para a proteção de lagos, nascentes, olhos-d'água, fontes e recursos hídricos.

Além do subprojeto de Monitoramento e Acompanhamento, apenas outros três subprojetos não são executados por cooperativas. De maneira geral, cooperativas e associações congregam poucos associados: entre 30 e 60 pessoas, sendo que frequentemente alguns pertencem a associações que se beneficiam indiretamente deste.

Todos os subprojetos realizam atividades de coleta, manejo do Cerrado (enriquecimento de capoeira), plantio consorciado de árvores frutíferas do Cerrado e da Floresta Amazônica, experimentos de Sistemas Agroflorestais (SAF), processamento e comercialização de polpa de frutas e seus subprodutos de maneira semi-industrial (numa fábrica) e artesanal (nas entidades e nas propriedades). Defendem a preservação do Cer-

rado e engajam-se em atividades de prevenção e combate ao fogo indiscriminado. Para isso, realizam encontros, cursos, produzem algum material didático e desenvolvem atividades de divulgação e sensibilização para fora da clientela do Projeto.

Anteriormente ao PDA, a maioria das entidades executou projetos de diversos tipos, todos muito pequenos, o que não favoreceu suas condições de infra-estrutura. Hoje, todas dispõem de escritório e armazém (geralmente no mesmo prédio); de equipamentos de escritório e comunicação (rádio, entre as entidades e algumas comunidades); de um mínimo de equipamentos para beneficiamento (despolpador e freezers); de caminhonete, caminhão ou trator.



Sistema agroflorestal, consorciando caju com espécies do Cerrado e gerando renda para as famílias sem necessidade de desmatar, em João D'Ávila/MA.

Objetivos Gerais e Específicos

As cooperativas e as associações têm como objetivos gerais:

- gerar renda para os produtores, a fim de melhorar a sua condição de vida;
- fortalecer a organização da população envolvida;
- fixar essas pessoas no campo;
- diversificar a produção;
- preservar e valorizar o Cerrado, juntamente com os povos que nele vivem;
- contrapor-se ao modelo de desenvolvimento predatório.

Entre seus objetivos específicos estão:

- valorizar as atividades extrativistas, gerando até mesmo discussões sobre a necessidade de criação de reservas extrativistas;
- reduzir o tamanho das áreas desmatadas;
- coletar frutas nativas;
- enriquecer Cerrado e capoeira com espécies frutíferas nativas;
- plantar espécies frutíferas;
- implantar gradualmente sistemas agroflorestais;

- capacitar recursos humanos;
- adquirir infra-estrutura;
- garantir a comunicação (rádio);
- viabilizar a permanência dos moradores do Parque Estadual de Mirador.

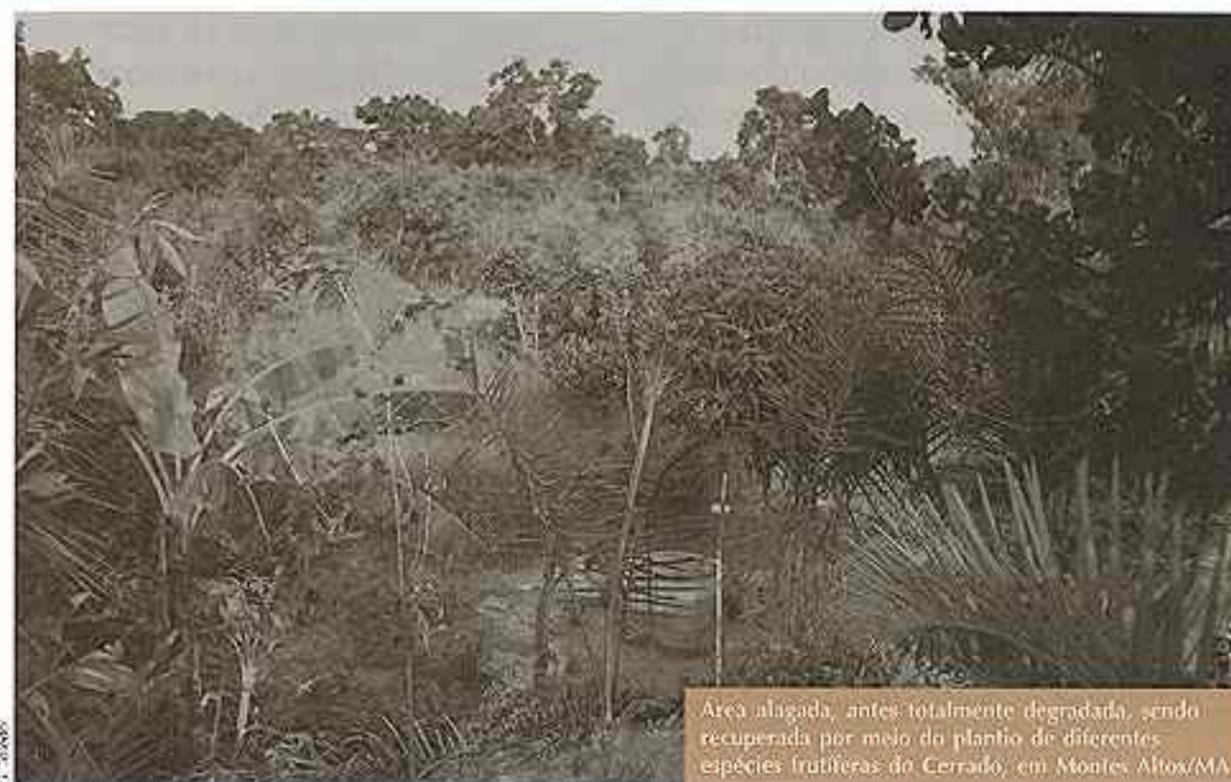
Conforme os subprojetos, os pontos anteriormente mencionados ora são colocados como objetivos, ora como atividades.

Os objetivos gerais do subprojeto de Acompanhamento e Monitoramento são:

- unificar as demandas e generalizar as práticas agroecológicas e silviculturais entre as 10 entidades envolvidas;
- dar estrutura formal ao consórcio;
- facilitar a assistência técnica necessária.

Entre seus objetivos específicos estão:

- realizar o acompanhamento em campo das atividades previstas por cada grupo organizado;
- capacitar maciçamente os trabalhadores rurais envolvidos para a realização da coleta, do armazenamento, do transporte, da comercialização e do replantio das fruteiras;
- viabilizar a administração e a execução das atividades previstas por meio das secretarias executivas de Carolina e Imperatriz;
- estimular a abertura de canais de participação não só dos associados dos diversos grupos beneficiados, mas também da população ainda não diretamente envolvida;
- melhorar o sistema de comunicação entre os diversos grupos;
- documentar e divulgar o trabalho realizado.



Área alagada, antes totalmente degradada, sendo recuperada por meio do plantio de diferentes espécies frutíferas do Cerrado, em Montes Altos/MA

Avançando na Reflexão sobre Desenvolvimento

Embora existam controvérsias em termos quantitativos sobre os papéis que a floresta tropical desempenha na conservação do meio ambiente do planeta, ao lado dos oceanos, como sorvedoura de gás carbônico. Além de amenizar o efeito-estufa, a floresta tropical reconhecidamente produz água e contribui para o equilíbrio climático regional, além de abrigar uma enorme biodiversidade.

Já o Cerrado, desconhecido nacional e internacionalmente, foi relegado a segundo plano. Mas a expansão avassaladora da monocultura de exportação e

o discurso hegemônico que a acompanha trazem fortes ameaças para este ecossistema e para os remanescentes da Mata Atlântica, não tardando também em expandir-se pela Amazônia.

Por ser executado numa área de transição, o PFC chama a atenção sobre a importância do Cerrado e sobre a possibilidade real de mantê-lo, valorizando-o e mostrando, na prática, a indissolubilidade de abordagem entre floresta e Cerrado.

Predominava, até a década passada, a perspectiva naturalista de que a preservação dos ecossistemas estava

ligada à ausência do ser humano. Atualmente, estudos antropológicos, sociológicos, históricos, etnológicos e ecológicos, bem como a observação atenta da realidade, demonstram que os povos tradicionais cumpriram e, até certo ponto, cumprem um papel fundamental na manutenção dos ecossistemas.

Esses estudos mostram que os ecossistemas estão em construção permanente de equilíbrios precários e provisórios, e que a conservação é um processo dinâmico e evolutivo, no qual o ser humano tem seu lugar. Indicam também que somente é possível preservar esses ecossistemas se as populações locais forem levadas em conta nas estratégias de conservação. As mesmas pesquisas afirmam que o conhecimento adquirido sobre os ecossistemas e sobre as estratégias e ações de preservação, manejo e recuperação resulta do encontro entre o saber acadêmico e o conhecimento prático dessas populações.

Um projeto que visa integrar preservação e economia das populações locais, sociedade e meio ambiente responde, portanto, ao que se tem de mais avançado na reflexão contemporânea sobre sustentabilidade.

O segundo elemento prende-se às tendências que prevalecem no modelo de ocupação do território, reflexo do modelo de desenvolvimento dominante, em particular o modelo agrícola e florestal.

Historicamente, o Brasil foi visto como 'fronteira' para exploração e extração do máximo de riqueza. A imensidão territorial do país fez com que a fronteira só tenha chegado à Amazônia nos anos 1960 e 1970. O ciclo da borracha a poupou, por exigir a manutenção da floresta em pé, para a sua exploração.

A interiorização do desenvolvimento, alavancada por Juscelino Kubitschek com a criação de Brasília e com a abertura da rodovia Belém-Brasília, concretizou-se com a geopolítica do regime militar, que procurava acabar com o 'vazio demográfico' e com o 'vazio econômico' dessas regiões. Para isso, foram criados a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e o Banco da Amazônia S.A. (Basa), em 1966, e construíram-se várias rodovias, como a BR-364, em direção ao Acre, a Cuiabá-Santarém e a Transamazônica, fomentando os programas de colonização pública e particular. Essas iniciativas criaram condições para a ocupação da região por pequenos produtores, um campesinato heterogêneo, oriundo das diferentes partes do país, voltado para a agricultura de subsistência e, principalmente, por fazendeiros e/ou grileiros interessados na criação extensiva de gado e na especulação fundiária.

A essa ocupação sobrepuseram-se diferentes tipos de projetos, como os de mineração, produção de energia, metalurgia, papel/celulose, produção intensiva de frutos (dendê, coco, cacau, pimenta-do-reino), exploração de madeira,



Áreas de Cerrado em que as espécies frutíferas nativas foram poupadas do desmatamento e do fogo, em Carolina/MA

e do extrativismo acelerado de castanha, palmito de açaí, óleos essenciais, pescado etc.

As áreas florestais já desmatadas – e outras que estão sendo devastadas à revelia da lei – e os Cerrados da Amazônia são atualmente apropriados pelo modelo exportador, sobretudo para plantação de eucaliptos e soja. Quanto à floresta, num futuro próximo, a exploração madeireira, hoje voltada 80% para o mercado interno, poderá explodir em vista do mercado externo, disputando espaço com a coleta de plantas e animais e seus genes, em vista de um mercado potencialmente enorme.

Se alguns setores exportadores, tais como a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), preocupam-se com a sua imagem ambiental, por pressão dos mercados consumidores, e se dispõem a realizar algumas ações de preservação do meio ambiente, a maioria não manifesta sensibilidade. Em particular, a expansão da fronteira agrícola se dá de modo selvagem e predador, hipotecando até o futuro dos empreendimentos em curso. Se a natureza é varrida por essa forma de ocupação, o mesmo se dá com a população local, excluída dos planos e projetos de 'desenvolvimento', pauperizada pelo valor decrescente da sua produção e finalmente levada à migração para a cidade.

Projetos como o PFC têm o mérito de enfrentar essa problemática: ajudam a criar condições econômicas para a manutenção dos pequenos produtores e/ou extrativistas e dos povos indígenas no campo e na floresta, estabelecendo um contrapeso à ocupação desordenada e predatória.

O mesmo foco desenvolvimentista, aliado à dominação tradicional exercida pelas oligarquias regionais e locais, faz com que a população local pobre, composta basicamente por pequenos produtores, esteja alijada do direito à cidadania. Pelas elites tradicionais, é vista como clientela que só recebe benesses na medida em que isso seja indispensável para assegurar a sua manutenção no poder; e pelos desenvolvimentistas (às vezes são os mesmos), como incapaz de se inserir nessa 'modernização'.

Quanto aos povos indígenas, estes são apenas tolerados. Projetos como os do PDA, por serem oriundos do Executivo Federal, resgatam a dignidade dessas populações, tratando-as como interlocutoras, e forçam um mínimo de reconhecimento por parte do poder local.

A região de transição entre a Floresta Tropical Úmida e o Cerrado, coberta pelo PFC, está sendo atingida, de um lado, pelo 'Projeto Grande Carajás', combinação de empreendimentos nas áreas de mineração, energia, transporte, metalurgia e monocultura de eucaliptos, além de extrativismo de madeira nativa da floresta e do Cerrado para produção de carvão vegetal. De outro, pela

frente de expansão da soja (em combinação com o arroz, cana etc.), e da malha de transportes e outras obras de infraestrutura necessárias.

Essas atividades sobrepõem-se à densa ocupação promovida na região de floresta pré-amazônica por pequenos produtores, à ocupação tradicional mais esparsa das áreas de Cerrado e também à criação extensiva de gado. Não esmagam de uma vez essas atividades tradicionais, mas vão aos poucos eliminando-as. A ausência de 'terras livres', o fechamento da fronteira e o empobrecimento das suas terras conduzem a uma superexploração do solo e dos seus recursos ou ao êxodo rural.

Esses 'modernos empreendimentos', mesmo que manifestem sensibilidade quanto à preservação da floresta, o que não parece o caso, levam à sua supressão e à da biodiversidade. Somente as populações locais: povos indígenas, pequenos produtores e extrativistas estão em condição de frear e mitigar esse processo. Nunca tiveram condições técnicas, capital, terra e força política para adotar o modelo tecnificado e quimificado da agricultura dita moderna.

Se muitos deles, até por questão de sobrevivência, sobreexploraram os recursos naturais dos quais dispõem, estão ainda muito próximos da terra e dos seus recursos, combinando com facilidade atividades de produção e de extrativismo. Reúnem, assim, pela ausência de alternativa modernizante, a proximi-

dade maior com o meio ambiente, a vontade de participação cidadã e de reconhecimento do seu lugar na sociedade regional, abertura à inovação, à afirmação da sua identidade etc., condições para a formulação de um projeto alternativo de desenvolvimento regional.

Em municípios com uma importante população rural, o pequeno número de sócios nas cooperativas poderia indicar uma reduzida possibilidade de impacto real. Em Loreto são 32; em São Raimundo das Mangabeiras, 58; em Carolina, 27; em Montes Altos, 40; e em João Lisboa, 40. Vale ressaltar que, além da influência que cooperativas e associações exercem no seu entorno, o Projeto Frutos do Cerrado é integrado por um conjunto de organizações, fato que compensa em parte essa fraqueza.

Em geral, projetos isolados manifestam pouca capacidade de influenciar o contexto local/regional. O fato de envolver sete cooperativas, duas associações municipais e uma associação indígena faz com que dificilmente o projeto seja ignorado, criando, ao contrário, uma atração tanto sobre outras aldeias quanto sobre os pequenos produtores de outros municípios, sobre a população local e o poder público. Em decorrência disso, tem aumentado o interesse de trabalhadores rurais de vários municípios e de outras aldeias em participar da Rede Frutos do Cerrado.

Já está em processo de constituição e de integração uma cooperativa em

Balsas, MA. A Cooperativa de Pequenos Produtores Agroextrativistas de João Lisboa (Coopajol) entabulou um processo de discussão com entidades de base do município vizinho de Buritirana, MA, as quais passaram a fazer parte do dia-dia da RFC. À exceção de Imperatriz, os demais municípios envolvidos no Projeto têm como maior atividade econômica a economia rural. No entanto, as prefeituras em geral estão desaparelhadas para dar apoio à atividade agrícola e não têm política para o setor.

É evidente que municípios entre cinco e 15 mil habitantes não estão em condições de implementar isoladamente políticas e ações de desenvolvimento, sendo indispensável e inevitável que se juntem para atuar na escala microrregional e regional. A RFC representa a primeira experiência regional de conjugação de esforços e de formulação de propostas de desenvolvimento.

Algumas famílias dos sócios de associações e cooperativas, assim como das aldeias, têm uma dieta alimentar desequilibrada e mesmo insuficiente em certas épocas do ano. A situação alimentar de uma parcela expressiva da população com certeza é ainda pior. O PFC contribui para reintroduzir os frutos da região na dieta alimentar e pode ser visto como parte de uma estratégia de segurança alimentar e nutricional regional e nacional.



Parque do Cerrado com várias espécies comerciais em junho (Imagem: MMA)

Desafios da Organização

O PFC é sustentado por uma complexa organização. Do lado dos trabalhadores rurais, inclui, de baixo para cima, os Grupos de Produção de Base, os sócios das cooperativas e/ou associações; os coordenadores do PFC e as diretorias de cooperativas e/ou associações, a RFC, com os encontros de coordenadores e o Conselho, que tem na sua direção dois representantes de cada cooperativa e associação.

À exceção de Montes Altos, todas as cooperativas e associações mantêm vínculos estreitos com os seus respecti-

vos Sindicatos de Trabalhadores Rurais; filiação obrigatória, funções de direção em ambas as organizações, pautas comuns. Por sua vez, os índios organizam-se desde a aldeia (assembléias e parisi¹); Associação Vyty-Cati (com diretores indicados pelas aldeias) e o Conselho (com representantes da Vyty-Cati). O Conselho é, assim, o lugar de encontro entre povos indígenas e trabalhadores rurais brancos.

No subprojeto de Acompanhamento e Monitoramento há duas entidades de apoio: Centru e CII, com Secretaria-

Técnica, Secretaria-Geral, Coordenação-Geral do PFC e participação no Conselho. Vale notar que o Centru é dirigido por trabalhadores rurais, alguns com cargos de direção nas cooperativas, e que o CII é tão inserido nas aldeias que um antropólogo que acompanha o PFC é *pari honorário*² de uma aldeia. Portanto, essas duas entidades não são meramente de apoio, mas participam dos processos decisórios, em pé de igualdade com os representantes de cooperativas e associações.

Esse tipo de organização garante a unidade política das instituições envolvidas no PFC, mantendo todos firmemente ancorados nos seus objetivos comuns. Isso permitiu também que os desafios e os problemas fossem enfrentados e as soluções buscadas e freqüentemente encontradas coletivamente. Em compensação, esse enfrentamento coletivo nem sempre foi bem-sucedido.

Deve-se enfatizar alguns aspectos, como, por exemplo:

- Essa complexa organização que representa a RFC fundamenta-se, de um lado, sobre um pacto político de militantes e entidades convencidos e, do outro, sobre a materialidade do PFC. O nome mesmo de 'rede' indica flexibilidade e horizontalidade, com um certo grau de informalidade e de voluntarismo. Como depõe um

interlocutor, o Conselho é uma associação voluntária que não detém poder para 'enquadrar' as entidades associadas e fazer com que sejam objetivamente comprometidas com as decisões tomadas. Conselho político e, ao mesmo tempo, gestor, vive uma contradição, expressa num relatório: "A eficiência é comprometida se submetida a critérios eminentemente políticos." No entanto, podemos considerar que, levando em conta essa debilidade da organização, os associados manifestaram, em geral, um elevado grau de adesão ao Projeto coletivo e não deixaram sem encaminhamento nenhuma grande questão. O fato de já terem realizado vários encontros após o término do financiamento do PDA, mostra que o Projeto não se sustentou artificialmente e corresponde a uma verdadeira necessidade.

- Do Conselho até o Grupo de Produção de Base, o caminho é longo. Uma discussão feita e uma decisão tomada podiam demorar em alguns casos dois a três meses para chegar ao sócio, sobretudo no 'inverno' (período chuvoso). A comunicação por rádio corrigiu este problema só

¹ O *pari honorário* refere-se a uma certa autoridade por parte dos membros da aldeia em decorrência da admiração e do respeito que eles têm pelo pesquisador externo ao grupo.

² O *pari honorário* refere-se a uma certa autoridade por parte dos membros da aldeia em decorrência da admiração e do respeito que eles têm pelo pesquisador externo ao grupo.

em parte, por não atingir todas as comunidades e os sócios isolados. Situação que se agrava por mudanças de diretores e coordenadores enfrentadas em boa parte das entidades e pela evidente dificuldade que uma minoria tinha e tem em repassar as informações, o que se torna imprescindível numa cultura bastante oral. Tais mudanças parecem ter acontecido por insatisfação dos sócios na execução dos projetos e desilusão dos dirigentes. Todos tinham subestimado totalmente, senão ignorado, os problemas que enfrentariam com o PFC. Houve também graves equívocos, em Loreto e Riachão, onde o destino das cooperativas foi entregue a técnicos sem comprometimento e enraizamento no meio social local. A situação parece estar hoje estabilizada, porém, os efeitos causaram repercussão durante muito tempo. O Conselho exerceu, para tal, um papel extremamente positivo de monitoramento e novos encaminhamentos. De fato, as questões reais chegavam até ele, obrigando as entidades, mais cedo ou mais tarde, a enfrentá-las.

- Uma estrutura de funcionamento desse tipo, se garante a unidade, pode também tolher a descentralização, a criatividade e a liberdade de iniciativas. O

PFC, ao centralizar no começo o processamento e a comercialização sobre a fábrica de Carolina, de um lado adquiriu uma experiência importante para o futuro, mas de outro atrasou a busca e efetivação de alternativas descentralizadas que poderiam ter coexistido desde o começo do Projeto com estratégias coletivas.

- Enfim, deu-se um certo desconcontro no Conselho, entre os representantes das cooperativas e associações e da Vyty-Cati e, conseqüentemente, em certos momentos, entre o Centru e o CII. No plano político, há plena convergência entre o Centru e o CII, dentro e fora do Conselho. Mas os representantes das aldeias no Conselho não detinham poder total de decisão, que pertence aos caciques, criando um certo descompasso. Havia e há dificuldades de entendimento entre duas culturas com procedimentos decisórios, de gestão e administração bastante diferentes. Isso levou à decisão unânime de unidade política e separação administrativa.

A execução no dia-a-dia do PFC era feita pelos coordenadores, de um lado, e, de outro, pela Secretaria Técnica. Para assegurar o bom funcionamento do Projeto, as cooperativas deviam estar devidamente equipadas: prédio com instala-

ções e equipamento de escritório, veículo, rádio, viveiro, freezers etc., e contar com pessoal especializado: além do coordenador, pelo menos alguém para assegurar a administração e a contabilidade primária, um viveirista e um motorista. Se o PFC resolveu o problema de infra-estrutura, o de pessoal não foi equacionado, à exceção do viveirista, ainda que parcialmente.

As soluções relativas à administração encontradas foram: coordenadores ou diretores assumirem as tarefas e/ou a contratação de alguém, financiamento de cursos e consultorias pelo Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social (DED) (como, por exemplo, curso de expertise, consultorias nas áreas gerencial, contábil e de comercialização), e/ou o envolvimento da Secretaria Técnica na resolução das questões administrativas e nas prestações de contas, em detrimento das suas tarefas de acompanhamento técnico das atividades-fim.

Quanto aos transportes, há um caso (Santa Maria) em que foi contratado um motorista que teve o salário e a manutenção do veículo pagos com o uso do caminhão em fretes. Em outros casos, o caminhão ou a Toyota não passam de mão em mão, o que garante a durabilidade dos veículos. Mas o mais freqüente é um acelerado desgaste dos veículos, o que não pode ser atribuído unicamente ao estado lastimável das estradas, em particular no inverno.

As entidades de acompanhamento parecem ter subestimado as questões administrativas tanto quanto as cooperativas e as associações. É verdade que o tratamento administrativo dos projetos PDA representou um desafio tanto para a administração do Subprograma quanto para os executores. Ambos os lados tiveram problemas, ao que parece, e os transtornos do PFC – dificuldades na prestação de conta, atrasos etc. – merecem compreensão. Mas essa justificativa não é suficiente. É notório que a gestão de projetos, por parte de pequenos produtores e extrativistas, é sempre o ponto fraco.

Não vai nisso nenhuma condenação a eles, pois sabemos que foram e são os grandes excluídos do sistema educacional fundamental que, de resto, mostra-se totalmente inadequado à realidade rural. Mas achamos que as entidades de acompanhamento não podiam subestimar esse fato. O subprojeto de Acompanhamento e Monitoramento não deveria ter dirigido boa parte do seu trabalho para a formação efetiva de pessoas nessa área?

O mesmo processo sistemático que foi feito com os viveiristas (na parte técnica, pois padeceram em parte dos mesmos problemas de gestão na organização dos seus dados) poderia ter dado resultados também na administração. Há jovens filhos de sócios que teriam condição para tal. Um deles, em relatório ao PDA, ao se queixar da pouca aten-

ção dada pela diretoria e pelo coordenador à administração, manifesta um elevado senso de profissionalismo. Há outros casos, raros, em que membros da direção assumiram essas tarefas com dedicação e profissionalismo. Mas, de qualquer modo, a impressão que se tem é a de que lhes faltou um aprendizado sistemático, acompanhado de um material didático e operacional padronizado, enquadrando as atividades em normas e procedimentos.

Em defesa das entidades de acompanhamento, vale notar que encontraram problemas de ordem institucional: o Centru com dificuldades em manter seus quadros permanentes e o CTI sem projeto institucional e, por isso, só honrando o seu contrato de contrapartida ao preço de uma boa dose de idealismo e da procura inevitável de 'bicos'.

Na execução das atividades-fim do PFC, a Secretaria Técnica do Projeto, que seria assumida pelo CTI, teve um papel estratégico. Encontrou três tipos de problemas:

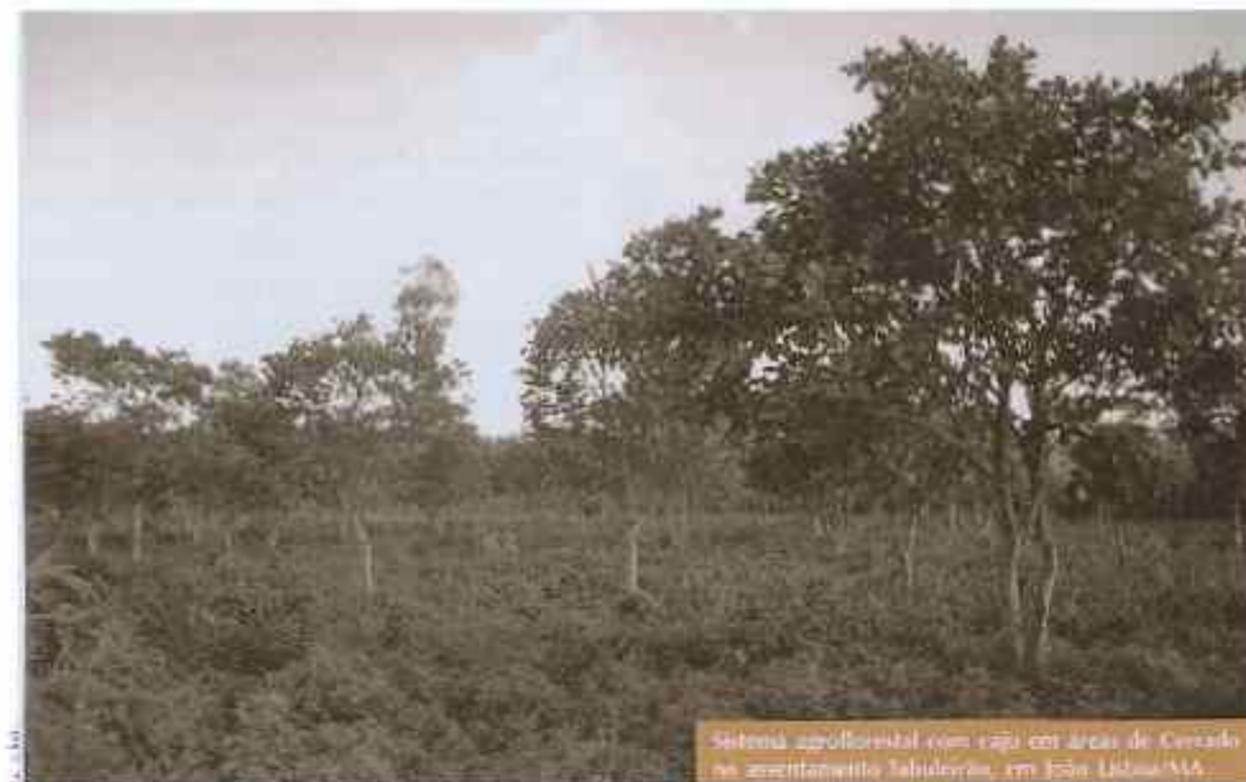
- a impossibilidade de atender a contento tão vasto território, fato que gerou falta de continuidade na assessoria, com perda de mudas e plantações, desestímulo

por parte dos destinatários do PFC etc.;

- 'caos administrativo', que forçou desvios de funções, como já mencionado;
- múltiplos desafios técnicos para os quais não tinha – e não podia ter – respostas prontas.

Essas questões desencadearam mudanças de profissionais e sucessivas tentativas de equacionamento da equipe (divisão de funções, geográficas e/ou temáticas; localização: em Carolina, com a consequência de passar mais tempo na estrada do que no atendimento de campo, ou em Imperatriz e Carolina ao mesmo tempo, com o risco de compartimentalização da necessária visão de conjunto), até que se chegou à equipe atual e à divisão de tarefas entre o Centru e o CTI.

Todas as organizações manifestam a sua satisfação com os profissionais do subprojeto de acompanhamento e também são unânimes em assinalar que a distância e a insuficiência de técnicos prejudicaram bastante a realização a contento das metas estabelecidas. É evidente também a falta de um profissional permanente na área da comercialização,



Sistema arborescente com caça em áreas de Cerrado no acionamento tabuleiros, em Edo Umuçuma.

Resultados e Impactos

Os 'resultados e impactos' encontram-se no mesmo tônico por privilegiar o exame da continuidade, ou eventual solução de continuidade entre ambos: todo resultado deve levar a algum impacto ao longo do tempo. Nesta exposição, os resultados e os impactos estão ligados a cada objetivo do Projeto.

Os SAFs e a preservação dos ecossistemas

Não faltam depoimentos afirmando que o principal resultado do PFC relaciona-se à preservação do Cerrado, com a implantação de SAFs, variando

muito a quantidade e o tipo de espécies consorciadas, entre os diferentes projetos da RFC. Também varia muito a idade dos SAFs: alguns com praticamente três anos, enquanto outros estão apenas no primeiro ano.

Hoje os sócios ativos das associações e das cooperativas tomaram-se defensores convencidos e ardorosos do Cerrado e da floresta. São capazes de discursar sobre as riquezas naturais contidas neles, sobre a importância de manutenção das nascentes, dos brejos, da mata ciliar, dos buritizais e ocorrências naturais de frutos nativos, assim como

sobre a manutenção e o enriquecimento da capoeira.

Os sócios pequenos criadores que antes 'limpavam' os brejos, hoje cuidam de reflorestá-los, tomando a frente no questionamento aos empreendimentos de soja e cana que afetam a integridade dos rios e a qualidade das águas, na denúncia de retirada indiscriminada de madeira, como é o caso das aroeiras da "ilha" do rio Balsas, em Loreto, e a denúncia do projeto fantasma de reposição florestal, sem que o Ibama aparentemente faça alguma coisa.

Tomam a frente contra as queimadas indiscriminadas e no manejo do fogo. Dois cursos foram realizados de modo descentralizado, em cada local, um sob a responsabilidade direta do Ibama (Prev-Fogo) e o outro pelo Grupo de Trabalho Amazônico (GTA)/Ibama (Proteger), com grande participação e repercussão. Não há dúvida de que, sem a presença ativa e o exemplo das cooperativas, tais cursos não teriam tido tanto sucesso. Na opinião de todos, as queimadas diminuíram sensivelmente no último ano. Chegam a arriscar percentagem: "entre 15 e 20%". O GTA comentou que, segundo dados oficiais, diminuíram drasticamente os dias em que pousos e decolagens no aeroporto de Imperatriz são proibidos.

Poder de influência – A filosofia de preservação e a atitude militante de defesa do Cerrado e da floresta estão enraizadas nos participantes diretos do Pro-

jeto e influenciam o seu entorno de modo ainda incipiente. Atingem os conselhos municipais, reunidos em particular pelos 'Faróis do Desenvolvimento', promovidos em cada município pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB), alguns setores de prefeituras, escolas; de maneira indireta, a população miserável de periferia, interessada em coletar frutas; e, de modo mais decidido, associações de pequenos produtores e assentamentos que sofrem a influência das entidades do PFC.

As associações e as cooperativas envolvidas no Projeto relacionam-se com outras tantas entidades e exercem influência direta sobre elas. A AAPPCC menciona a Coopral, uma associação dos pequenos produtores sem terra composta por 20 famílias e a Associação dos Pequenos Produtores do Aguado; a Coopevida trabalha com 12 associações que possuem cerca de 15 a 20 associados cada uma; a Coopemi leva a mensagem para quatro associações; as associações São José e Soninho, de Santa Maria do Tocantins, buscam parceria com as Associações Eldorado e Moradores de Santa Maria; a Coopajol menciona 10 associações compostas por 20 a 30 membros; a Coopaema cita três associações com cerca de 300 pessoas. O próprio Centru acompanha outras 47 associações, em 17 assentamentos, entre os quais a Reserva Extrativista do Ciriaco, no município de Cidelândia.

Além disso, o PFC e a conservação do Cerrado são discutidos pelos STRs da



Diversificação de espécies em áreas que sentem o efeito do plantio de soja, em São Raimundo das Mangabeiras, MA.

região e pelo Pólo Sindical Regional. É assim que a direção da Coopajol foi discutir "o projeto com 150 pessoas em dois assentamentos, num povoado e na sede, e em outro povoado com 45 pessoas". Por sua vez, o Centru, por meio das atividades realizadas no Centro de Estudos do Trabalhador Rural (Cetral), um centro de treinamento que comporta pomares diversificados, capoeiras manejadas, horta e criação de pequenos animais, dirigido e gerido pelo Centru, recebe dezenas e às vezes centenas de visitantes mensalmente e divulga na prática a filosofia e as atividades do PFC.

O Centru é também responsável pela execução de vários projetos Lumiar, em assentamentos, e trabalha com os

técnicos do Lumiar na linha adotada pelo PFC de sistemas florestais, diversificação etc. Os assentamentos Sol Brilhante e Tabuleirão constituem exemplos em curso de incorporação das idéias do PFC.

Ação no Parque Estadual – Merece destaque a atuação da Coopevida em relação ao Parque Estadual de Mirador, uma unidade de conservação criada em função da preservação do Rio Itapecuru, que atravessa boa parte do Maranhão e abastece importantes cidades da região. Este Parque abrange vários municípios e é limitrofe a uma reserva indígena (dos Canelas). A Coopevida cobre os municípios de São Raimundo das Mangabeiras e Mirador e vários sócios moram na área do Parque. Além das 156 famílias

de pequenos produtores que moram lá, tradicionalmente ele é usado pelos fazendeiros para “retiro” dos animais. Recentemente, plantadores de soja e cana instalaram-se no seu entorno, poluindo com agrotóxicos as cabeceiras do Itapecuru. O STR e a Coopevida auxiliam os moradores na resistência à expulsão, desenvolvem atividades sustentáveis e formulam alternativas à saída da área, baseadas no aproveitamento do potencial do Parque de acordo com a legislação atual. Por sua tradição de trabalho, tornaram-se interlocutores das instituições e das pessoas responsáveis pela implementação do Parque, e o Centru e a Coopevida estão sendo convidados a participar do Plano de implementação e manejo deste.

Grau de introjeção preservacionista – Essa percepção da importância do Cerrado e da floresta é algo já consolidado? Para uma minoria, pode-se dizer que essa consciência faz parte de uma atitude de vida, de uma concepção do mundo. Para a maioria ainda não, conforme explica um dirigente: “Os que já

têm um mínimo de consciência de organização só vão aonde há demonstração de resultados claros e palpáveis. Não dá para ficar mais jogando conversa fora e à toa, pois tudo tem custo e aquilo que não dá resultado, dá prejuízo”. Dito de outra forma, a preservação do Cerrado é ligada à percepção de valor econômico, e a condição para explorá-lo é preservá-lo. Esta é a principal motivação dos participantes do Projeto e, ao redor deles, dos que começam a explorar os seus frutos de modo sustentável.

Os primeiros entraram nessa proposta movidos pela urgência por respostas à sua situação de empobrecimento, de ‘gerar renda para melhorar a condição de vida’. Era isso ou sobreviver em piores condições a cada ano ou tomar o caminho das periferias urbanas. Representava – e ainda representa para quase todos – a última esperança. Se os desdobramentos do PFC fracassarem, a ‘solução’ imediatista, mas a única possível para uma família à beira do colapso, será voltar à exploração predatória.



G. Deon

Vivendo do Loreto/MS

Atividades do Projeto

Esse balanço, que inclui atividades de coleta de frutos e sementes, produção de mudas, plantios, sistemas agroflorestais, manejo de capoeira, beneficiamento de frutos, polpas e subprodutos e comercialização é mais complicado, mas bem menos negativo do que os relatórios dos subprojetos expressam.

Para ilustrar isso, o Quadro 1 (veja página 30) apresenta a estimativa de produção de frutos, em São Raimundo das Mangabeiras.

O Quadro 2 (na página 31) apresenta os dados da quantidade de mudas plantadas em Santa Maria do Tocantins.

Coleta – As atividades de coleta foram efetuadas com grande participação e até entusiasmo, no primeiro momento. Reuniram volumes consideráveis de frutos, às vezes de modo aberrante, como foi o caso de uma cooperativa que, não tendo bacuri na redondeza, foi buscá-lo em município distante para cumprir a sua cota; freqüentemente de modo atabalhado, sem planificação para entrega, sem levar em conta as distâncias e a fragilidade das frutas.

Esse problema afetou fortemente as aldeias indígenas. As grandes distâncias para alcançar áreas de ocorrência natural de frutos dentro das reservas indíge-

Quadro 1. Quantidade de Plantas (nativas e plantadas) e Estimativa de Produção (em Kg/ano), em São Raimundo das Mangabeiras

Fruta Nativa	Fruta Plantada	Quantidade de Plantas	Estimativa de Produção (Kg/ano)
Bacuri		11.165	1.128.781,50
Buriti		10.790	428.361,00
	Caju	8.425	146.595,00
Cajupí		29.365	196.745,50
Cajá		668	100.200,00
	Acerola	492	4.920,00
Mangaba		4.177	20.885,00
Cagaita		21.850	74.290,00
Araçá-pêra		3.470	21.167,00
	Manga	217	43.400,00
	Castanha-de-caju	8.425	42.125,00
Fava-fanta		24.192	12.960,00
Total		123.236	2.328.432,00

nas impossibilitaram muitas vezes que os produtos extrativistas pudessem ser transportados para a unidade de beneficiamento. Nessa primeira fase, o Fundo Fixo cumpriu a contento seu papel. Permitiu, até mesmo, que famílias pobres da sede dos municípios vendessem a sua cota às cooperativas, num imprevisto, mas interessante desdobramento do Projeto, cumprindo então um papel social na sociedade local.

O Fundo Fixo da maioria está investido em polpas, na câmara frigorífica de Carolina ou nos freezers das coope-

rativas e associações, com exceção da Coopemi, que o investiu imprudentemente na cantina junto aos Krikati, sem perspectiva de recuperação. A demora em ter retorno em dinheiro compromete a continuidade da maioria dos Fundos Fixos. Este não era um problema totalmente inevitável. Há casos em que uma boa gestão possibilitou às cooperativas e às associações continuarem usando o Fundo (Coopvida e Santa Maria).

As limitadas visitas a campo e a viveiros que realizamos confirmam as impressões deixadas pelos entrevistados

Quadro 2. Quantidade de Mudas Plantadas Existentes e Estimativa de Produção (em Kg/ano), em Santa Maria do Tocantins

Espécie	Quantidade plantada	Quantidade existente	Estimativa de Produção (Kg/ano)
Cajá (plântio - rebrotal)	817	807	121.050,00
Caju	5.306	3.629	63.144,60
Castanha-de-caju	5.306	3.629	18.145,00
Acerola	941	921	9.210,00
Açaí	381	367	2.936,00
Cupuçu	115	115	920,00
Total	12.866	9.468	215.405,60

e pelos relatórios: globalmente, as atividades de produção nos viveiros, assim como de frutas e processamento das mesmas, foram um sucesso. Uma ressalva deve ser feita em relação a Loreto, que conheceu anos de grande seca e teve, na assessoria à cooperativa, um técnico que não ajudou os sócios a incorporar adequadamente a proposta de trabalho. Essa constatação é notável, pois é preciso lembrar que os tratos culturais entraram como contrapartida no Projeto.

Plantios – Esse foi outro erro grave do PFC, pois é sabido que as famílias de pequenos produtores trabalham no limite da sua capacidade produtiva e que, totalmente descapitalizadas, não têm condição de pagar serviços de terceiros. De fato, todos os relatórios mencionam a dificuldade em dar conta

dos plantios. Mutirões, uma expressiva sobreexploração da mão-de-obra familiar e uma abordagem do plantio dentro de uma visão sistêmica, permitiram que se chegasse próximo das metas propostas no início do Projeto e até que se fosse além. Tomeu-se que o PFC fosse instrumento da monocultura do caju. O que se impôs, na realidade, foi o aproveitamento do roçado de culturas de subsistência para plantação progressiva de frutíferas e até madeira de lei, com diminuição parcial do investimento em trabalho.

Lá onde se preparou o terreno diretamente para plantação de caju, em lugar de abrir outras áreas, procedeu-se à diversificação de plantios. O relatório do subprojeto de Acompanhamento e Monitoramento de abril/1998, mencio-

na que foram selecionadas cinco áreas para unidades demonstrativas: São Raimundo, Montes Altos, Campo Formoso (Amarante), Terra Vermelha (Carolina) e assentamento Sol Brilhante (Imperatriz), por serem mais avançadas e por seu potencial multiplicador. Perguntamo-nos se, na realidade, pelos depoimentos coletados, não há muito mais áreas demonstrativas, embora sem o nome.

Em compensação, vale a pena relatar a contradição vivida pela cooperativa de Riachão, embora não estivesse previsto avaliá-la. É um exemplo paradigmático de inadequação do Banco à realidade local em que aparece uma total dicotomia entre o PFC e os projetos financiados pelo BNB. Este financiou um projeto vultoso de beneficiamento de farinha e de arroz numa área onde predomina a agropecuária extensiva, contando com a cumplicidade de técnicos imbuídos de uma visão tradicional da agricultura.

Hoje, a cooperativa tenta a coexistência entre um projeto de fruticultura irrigada com uso de agrotóxicos ("como é projeto do Banco, vamos partir para a química", disse nosso interlocutor) e a continuação do Projeto Frutos do Cerrado. O projeto do BNB prejudicou bastante o avanço dos Grupos de Produção de Base, numerosos e motivados, na direção dos SAFs, conforme a evolução geral.

Cursos e visitas – Esta evolução foi fruto de diversos fatores: o empenho do subprojeto de Acompanhamento e Mo-

nitramento, particularmente da equipe técnica; a consultoria de Alrick Copjin, em 1996, e Ernest Gotsch, em 1998; cursos ministrados pelo Cefas (Organização Não-Governamental), em Loreto e em São Raimundo; visitas de algumas pessoas ao projeto Reça, a constituição dos viveiros, entre outros.

Vale notar que a visita de Ernest Gotsch parece ter sido bastante produtiva, por sua competência e pela praticidade da sua intervenção na roça. Enquanto os cursos ou visitas que não são acompanhados por atividades no local apresentam um interesse limitado, sendo mencionados somente quando se pergunta explicitamente sobre os mesmos. Há dificuldade de reprodução, pelos participantes, do conteúdo trabalhado nos cursos e visitas, principalmente pela falta de material escrito que poderia lhes ajudar a multiplicar os conhecimentos.

Exceção deve ser registrada em relação aos cursos para viveiristas. Não foram atividades isoladas, mas uma seqüência de cursos inseridos num programa de implementação dos viveiros. Os viveiristas eram pagos e responsáveis por uma atividade estratégica do PFC. O curso de Araguaína, por exemplo, contou com exercícios práticos; outros minicursos e demonstrações foram realizados no próprio viveiro; a Coopevida organizou um mutirão no viveiro como forma de aprendizado dos sócios.

Viveiros – Estes apresentaram problemas tais como: área imprópria, falta

de água, erros no tratamento de mudas, descompasso de planejamento entre oferta e demanda, substituição de viveiristas, percebendo-se uma certa rotatividade durante o período de execução do Projeto PDA.

Ultimamente verifica-se maior fixação dos viveiristas, sendo a maioria constituída por jovens ou mulheres. Estes demonstraram maior interesse e dedicação à atividade, já que na maioria dos casos não recebem remuneração pelo trabalho que realizam. Há casos em que foram desenvolvidas atividades paralelas para conseguir algum tipo de remuneração para os viveiristas. Porém, essa não foi uma prática estendida a todo o PFC. Cita-se como exemplo a APPC, que firmou contrato para estabelecer uma cerca viva ao redor da sede social dos empregados do Banco do Brasil, assim como a comercialização de mudas para a prefeitura de Carolina. Exemplos similares podem ser encontrados em Santa Maria do Tocantins e em São Raimundo das Mangabeiras.

É de se admirar que o subprojeto de Acompanhamento e Monitoramento não tenha dado maior atenção, logo no início do PFC, à instalação dos viveiros, deixando o assunto a cargo de cada entidade. Nessas condições, é notável que estas tenham cumprido a missão de abastecer os sócios das mudas e sementes necessárias. Apresentam-se também nos quadros 3 e 4 (veja nas páginas 34 e 35) dados dos viveiros de duas comunidades indígenas.

Merece registro o caso das sementes melhoradas de caju 'anão precoce' fornecidas pelo CNPAT/Embrapa/CE "que reduzem para um ano o período da primeira safra", como comentou um visitante. Foi um grande fiasco que deve ser atribuído, presume-se, à Embrapa e aos técnicos que ofereceram essa solução sem refletir sobre as diferenças entre os solos e os climas nordestinos e os do Cerrado. Posteriormente, o PFC corrigiu essa falha de pesquisa ao usar sementes locais selecionadas. Outro caso digno de comentário é o dos cursos ministrados na fazenda Merck (localizada no município de Barra do Corda, MA) sobre manejo de jaborandi e fava-d'anta, endêmicos na região.

Apesar do curso, os viveiros vinham perdendo sistematicamente as mudas de fava-d'anta. Segundo uma pessoa que participou do último curso, um técnico da Merck teria confessado que não ensinavam o 'pulo do gato' aos 'alunos'. Esse curso na fazenda da Merck visava à compra da produção pela empresa, como ainda vem acontecendo, para que aumentasse a quantidade e melhorasse a qualidade da mesma.

Um novo levantamento de frutos do Cerrado para coleta está em curso e parece indicar uma riqueza maior do que se pensava. Somando-se a isto os plantios que começaram a produzir em 2000, as cooperativas poderão dispor de matéria-prima abundante, variada e de qualidade. Estão, assim, criadas algumas condições básicas para que deslanchem

Quadro 3. Mudanças Produzidas, Distribuídas e Descartadas pelo Viveiro da Aldeia São José, dos Apinajé.

Espécie	Mudas		
	Produzidas	Distribuídas	Descartadas
Juçara	600	150	30
Buriti	60	-	20
Pitomba	60	60	-
Jaca	30	40	-
Cupuaçu	200	180	10
Ingá	60	60	-
Coité	30	-	-
Ipê	50	-	-
Maracujá	100	20	80
Mogno (doadas pelo Ibama/Araguaína-TO)	30	25	-
Teca (doadas pelo Ibama/Araguaína-TO)	30	30	-
Caju (casa do Daniel)	50	50	-
Caju (prod. do viveiro)	200	190	10
Laranja (casa do Daniel)	30	30	-
Abacaxi (casa do Daniel)	50	50	-
Cajá (casa do Daniel)	155	155	-
Coco-anão-verde (casa do Daniel)	100	100	-
Total	1.835	1140	150

estratégias bem-sucedidas de transformação e de comercialização dos produtos.

Fixação no campo – Para seus formuladores, o PFC bem-sucedido contribuiria para 'maior fixação das famílias no campo'. Repara-se que, de fato, nesses últimos quatro anos, os sócios man-

tiveram-se no campo, salvo raras exceções. Mesmo levando em conta o pequeno número de participantes nas associações e nas cooperativas em relação à população rural, este fato é notável já que as pesquisas apontam para um recrudescimento da migração campo-cidade nos últimos anos.

Quadro 4. Mudanças Produzidas, Distribuídas e Descartadas pelo Viveiro da Aldeia Nova, dos Krahô.

Espécie	Mudas		
	Produzidas	Distribuídas	Descartadas
Caju mudas	500	400	25
Mandioca	80	-	-
Cana	60	-	-
Carambola	50	50	-
Ata	50	50	-
Murici	50	30	5
Urucum	60	60	2
Cupuaçu	40	20	10
Acerola	150	150	-
Araçá-goiaba	250	250	-
Cacau nativo	50	50	5
Ingá-de-metro	30	30	-
Ingá-de-várzea	40	40	-
Cajá	100	100	5
Tamarindo	50	50	-
Laranja	20	20	-
Limão	15	15	-
Total	1.595	1.315	52
Caju sementes	10 kg	10 kg	1 kg

Deve-se considerar, porém, que os membros das cooperativas e das associações, em geral, não são os mais pobres entre os produtores rurais, seja pela extensão das suas posses, seja pela sua capacidade de produção ou, ainda, pela

sua capacidade de enfrentar a situação, manifestada pela participação no PFC. Estão também movidos pela esperança e assumem de maneira militante a sua vida. Mas a consolidação das famílias no campo depende dos desdobramentos

objetivos do PFC e do sucesso econômico que deve propiciar.

Propriedade da terra - As terras da região, depois de um período de decaência econômica, com a desvalorização dos produtos de subsistência e a queda da pecuária extensiva, voltam a ser cobiçadas. Embora ainda haja muitas terras devolutas e/ou abandonadas, o Programa de Reforma Agrária do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) parece ter entrado em ritmo lento demais para dar conta das necessidades. A pressão de empresários interessados na exploração intensiva da região é grande, e a conjuntura, mais uma vez, não favorece a democratização da propriedade.

A maioria dos sócios da AAPPC e das associações de Santa Maria do Tocantins e das cooperativas de Montes Altos e João Lisboa é proprietária, com áreas em torno de 25 a 30 hectares. Em Loreto e em São Raimundo das Mangabeiras há uma minoria de proprietários. Em geral, os assentados ainda não possuem o título da terra, nem os moradores do Parque Estadual de Mirador. Outros são filhos de proprietários, mas a documentação não está em seu nome, o que representa um sério problema, dado o estado de descapitalização em que se encontram.

Projetos como o PFC se inscrevem numa estratégia de longo prazo e supõem garantia de estabilidade. Para alguns, dadas as condições econômicas e

também fundiárias atuais, o Projeto representa uma aposta. A título de exemplo, nos interessamos em observar se os viveiros produziam mudas de árvores nativas, a "madeira de lei". Em dois viveiros, não encontramos nada. A explicação sobre a ausência ou a pouca presença dessas mudas era dupla: ainda há bastante árvores nativas na mata e a mentalidade do produtor é de curto prazo; plantar árvores é para outra geração. O reconfortante é ver que muitos participantes do Projeto, não tão jovens assim, estão começando a pensar e a agir em função da próxima geração. E, quanto aos plantios, a observação de um coordenador-geral é significativa: "Se conseguiu essa mudança cultural de deslocar o ciclo curto (que provoca venda da terra) para o ciclo longo."

Inserção da juventude - Vários depoimentos afirmaram o desprezo que a juventude urbana demonstra pelos jovens rurais, apesar de estar tão ou mais excluída que estes. A roça representa a última alternativa, jamais sonhada pelos jovens. Agricultura não é considerada uma profissão. O ideário do Projeto ainda permanece socialmente desconhecido, e a ruralidade, quando associada a propostas de desenvolvimento sustentável, é quase que totalmente ignorada pelo ensino público. Por isso, os entrevistados reconhecem que seus filhos não pretendem ficar na propriedade, com exceção das famílias em que os jovens estão integrados à vida e às atividades do PFC. Coloca-se, então, segundo um téc-



Viveirista e atual coordenadora do Projeto em Santa Maria do Tocantins/TO reunidas com avaliadores do PDA demonstram que a atuação feminina torna-se fundamental para o sucesso dos projetos.

nico entrevistado, a vontade de se formar em profissões conexas às atividades do PFC: agronomia, biologia etc.

Papel social e educativo do Projeto - O fato de pertencer à RFC significa integrar uma rede de inovação e socialização ímpar. Escrevemos 'rede' e não 'Projeto', pois a rede é mais ampla que o Projeto e não se esgota nele. Como foi dito anteriormente, o PFC aconteceu porque havia uma organização anterior e prossegue porque é parte de uma série de outros projetos e se articula com outras organizações: ONGs (Ceias/Plauí, APA-TO), setores de pastoral social da Igreja Católica (CPT, Caritas), Sindicatos de Trabalhadores Rurais, setores de legislativos e executivos locais, Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), com

representação local, GTA Babaçu, Fórum Carajás, Rede Cerrado.

A RFC é influenciada e influencia, é educada e educadora. Tem-se a impressão de que as principais lideranças possuem um alto nível de compreensão e socialização, que os participantes dominam a filosofia do PFC e, por meio de suas práticas agroextrativistas e agroflorestais, procuram desenvolver um tipo de conhecimento que mostre o papel educador da RFC e do Projeto. Indagamos aos viveiristas se eles se consideram profissionais ou amadores. Todos, legitimamente, afirmaram que são profissionais. Dominam, de fato, técnicas variadas e também o planejamento e a gestão dos viveiros. Esta constatação pode ser estendida a outros integrantes do Projeto.

Participação de mulheres - Um outro importante indicador da eficácia do papel socializador do PFC refere-se à participação das mulheres. Pelo menos nas cooperativas de Loreto, São Raimundo das Mangabeiras e Santa Maria do Tocantins há mulheres que participam da direção das entidades e do PFC. Elas estão presentes nas diversas atividades do Projeto, mesmo que representem um número minoritário de sócios, pois somente um membro da família se associa. À exceção da Coopral e da Coopajol, a presença da mulher é notada nas atividades de beneficiamento, particularmente de subprodutos dos frutos. Tivemos a oportunidade de observar a dedicação e a competência com as quais várias mulheres cumprem tarefas de direção ou de viveiristas, levando-nos a indagar se elas não estariam ainda subaproveitadas pela RFC.

Em geral, não existem grupos ou associações específicos de mulheres. Foi-nos explicado na Coopevida que o casal e a família deviam avançar juntos numa perspectiva de gênero e que, justamente, o PFC propiciava a 'integração de toda a família'. Não temos tanta certeza se esta filosofia tem permeado o conjunto das entidades que participam da RFC, mas sem dúvida aponta para um caminho promissor.

Fortalecimento da população envolvida

Este era um dos objetivos explícitos do PFC. Tal fortalecimento pode ser

visto como meio que permita melhor atingir os demais objetivos, mas também como finalidade do Projeto, na medida em que ser organizada, para a população pobre, é a única forma de se fazer ouvir e exercer a sua cidadania. Não há dúvida, neste sentido, que a organização funcional da RFC lhe permite ter uma visibilidade e um peso 'político' reais e faça com que cooperativas e associações sejam reconhecidas pelo poder público local e regional. É assim que elas estão ativamente presentes em conselhos municipais de desenvolvimento, educação etc. Vários dos seus dirigentes exercem mandatos de vereador.

Mesmo com as limitações acima indicadas, a crescente participação de mulheres, sobretudo em postos de direção, é um indicativo de fortalecimento organizacional. Este 'peso' e 'visibilidade' das cooperativas e associações são muito relativos, mas evidentes, quando contrastados com algumas associações locais das quais ouvimos falar, criadas, em geral, por interferência política clientelista, com o intuito de receber recursos e que aparecem como fantasmas, intermitentes, escorregadias e sem substância.

Grupos de Produção de Base - Embora o tempo não tenha sido suficiente para visitar Grupos de Produção de Base, nossa impressão, a partir de depoimentos coletados, é a de que a execução dos subprojetos foi grandemente viabilizada porque recebe apoio dessa organização de base. Os GPB facilitam a prática do mutirão, forma de trabalho coletivo va-

lorizada pelos participantes do Projeto e bastante adequada a um projeto que inova e exige aprendizado dos seus participantes. Ao mesmo tempo, o Projeto previa como sua contrapartida trabalhos facilitados por essa prática. Não foi possível verificar, no entanto, como o PFC fortalece os GPS e ajuda a multiplicá-los.

Acompanhamento - Deve-se ressaltar aqui a importância do acompanhamento dado às cooperativas e às associações pelo subprojeto orientado para esse fim. Os entrevistados são unânimes em valorizar o Conselho e o papel positivo do Centru e do CTI na coordenação-geral e na Secretaria Técnica. Mas quando se trata do dia-a-dia, a maioria salienta a distância que os separa dessas duas organizações e dos técnicos e, no final das contas, o seu isolamento e a sua impotência diante de alguns desafios técnicos e gerenciais, na ausência de assessoria qualificada.

Todas as entidades envolvidas no Projeto subestimaram as dificuldades que se apresentariam e não estavam aparelhadas com recursos humanos e materiais suficientes para enfrentá-las. Estimou-se a necessidade de somente dois técnicos (engenheiro agrônomo, engenheiro florestal ou técnico em agropecuária), mas em dado momento, em face da grande área a ser coberta, percebeu-se a necessidade de mais pessoal. Como o projeto já estava com seu orçamento definido e esgotado, tentou-se amenizar a situação dividindo o PFC em dois grandes pólos: Imperatriz e Carolina e suas

respectivas regiões. Os dois técnicos procuraram trabalhar com um calendário sistematizado de visitas, dando prioridade para grandes trabalhos em determinadas épocas (como plantio, podas etc.) e aos mutirões.

Em decorrência da grande área a ser coberta, tampouco alcançou-se uma eficiência nesse novo modelo de assistência técnica adotada. O meio de transporte desses técnicos era somente uma Toyota (do subprojeto Acompanhamento e Monitoramento) para atender todo o PFC. Como se pode observar, uma falha na estimativa de recurso para assistência técnica e meio de transporte só poderia trazer problemas para o acompanhamento adequado do Projeto.

Procurou-se também capacitar alguns produtores líderes mais interessados. Porém, seria fundamental para o sucesso da disseminação desses conhecimentos a outros produtores que a demora entre cada visita do técnico fosse reduzida, o que não pôde acontecer pela limitação de recursos humanos e de transporte.

Faltou investimento sistemático desde o início na capacitação à gestão. Os cursos não foram acompanhados de material didático, senão tardiamente. Somente agora, estão sendo distribuídas as cartilhas sobre viveiros. Já mencionamos alguns desses problemas anteriormente.

Assistência técnica

É interessante observar que os produtores entrevistados fizeram questão de isentar os técnicos de qualquer falha. De fato, criou-se uma relação de confiança e de igualdade entre técnicos e beneficiários do PFC baseada na clareza de que ninguém é dono da verdade, que há um aprendizado mútuo e sobre o fato de que os técnicos não parecem ser 'de gabinete'. Há satisfação sobre as orientações prestadas. Foi-nos explicado que no município de Santa Maria, durante as visitas do técnico, todas as propriedades dos sócios são visitadas. É claro que, em outro momento da conversa, é lamentada a pouca frequência: vários meses entre uma visita e a outra, em decorrência das grandes distâncias entre os subprojetos e ao reduzido número de técnicos.

Dentro da área de assistência técnica, foram muito importantes os cursos proporcionados aos viveiristas, assim como a visita de outros técnicos em cursos de capacitação específicos, como por exemplo, Copjin e Goetsch, dos quais se absorveu e utilizou grande parte dos conhecimentos. Estes cursos abriram a mente dos associados para questões diretamente ligadas ao manejo de suas áreas.

Como se sabe, o subprojeto que se refere a essas questões chama-se 'Monitoramento e Acompanhamento'. Mas era necessária assessoria permanente a cada grupo, à roça de cada um. E, ao mesmo tempo, de um núcleo produtor de subsí-

dios e debates. Se cooperativas, associações e aldeias não podem ser responsabilizadas por essas lacunas, a responsabilidade por elas é assumida pelas entidades de acompanhamento, devendo ser compartilhada com o PDA. É verdade que o Centru, o CTI, as cooperativas e as associações souberam compensar em parte essas deficiências aproveitando a assessoria de terceiros: Ceñas, DED, Ibama, Ernest Gotsch etc. Em suma, o subprojeto de Acompanhamento e Monitoramento garantiu e garante a solidez política – coesão, ideário – da RFC, ou seja, o essencial, mas teve dificuldade em prover suporte técnico.

Muitos dos problemas encontrados poderiam ter sido evitados ou mitigados se os idealizadores do Projeto tivessem aproveitado a experiência de ONGs e de projetos tais como o São Vicente. É duro admitir que se repetem em 1995 equívocos já presentes e analisados em projetos do começo dos anos 1980. Talvez seja fruto de 'certo amadorismo' na sua atuação inicial, reconhecido pelas entidades de acompanhamento.

Captação de recursos – O fortalecimento organizativo manifesta-se também pela capacidade das entidades em apresentar projetos e captar recursos para executá-los. Isso supõe informações sobre financiadores e suas condições, habilidade para redigir projetos adequados à realidade e poder de negociação. É um sinal positivo que a RFC atraia as atenções do BNB. O representante do



Viveiro em Santa Maria do Tocantins/TO: produção eficiente de mudas de espécies frutíferas, ornamentais e madeiras.

banco em Balsas manifestou claramente a abertura desta instituição para a área de desenvolvimento sustentável. Por outro lado, é provavelmente melhor que as negociações não tenham avançado muito. Experiências anteriores – como a da cooperativa de Riachão, em que um grande projeto, totalmente inadequado à realidade local, deixou a entidade endividada e traumatizada – mostram que o BNB também tem de se preparar para discutir projetos numa nova ótica. No entanto, a descentralização em curso de uma série de atividades mostra a necessidade de pequenos projetos. As dificuldades da RFC neste sentido são patentes.

Outro modelo – O Projeto afirma querer 'se contrapor ao modelo predatório', o que significa formular um projeto de desenvolvimento sustentável para a região, no dizer de um dos seus idealizadores. Durante quase duas décadas, o movimento dos trabalhadores rurais foi o lugar de construção e de afirmação dos pequenos produtores. Hoje, o sistema Contag tem dificuldades para renovar a sua ação. É interessante observar como a RFC começa a se constituir, por meio de suas lideranças ligadas ao Centru, em formuladora de políticas para o movimento sindical na linha do desenvolvimento sustentável. Por sua vez, o CTI e algumas lideranças indíge-

nas estão na linha de frente desse debate nos meios indígenas e indigenistas.

É com esse propósito que o CTI propôs ao Centru, no início da RFC, construir uma aliança estratégica entre povos indígenas e pequenos produtores na busca de um outro tipo de desenvolvimento. Os membros das associações e das cooperativas se manifestam nitidamente a favor dos povos indígenas da região, 'os primeiros ocupantes'. Essa aproximação não é bem vista pela população local, principalmente pelas elites econômica e política, que até pouco tempo perseguiram os índios e hoje os marginalizam. Mas, apesar das reuniões em conjunto, a aproximação não foi além de um reconhecimento mútuo.

Permanece a dificuldade, no entanto, de entender a cultura do outro. Foram poucas as oportunidades de visitas mútuas. Em fevereiro de 1998, por exemplo, representantes da AAPPC e da equipe de acompanhamento participaram de uma festa na aldeia dos Krahô, em Rio Vermelho, e de uma reunião com a sua Associação. Várias pessoas demonstraram gostar de uma aproximação maior. Mas também não pensaram em convidar representantes das aldeias para as suas comunidades. De qualquer modo, esses anos foram suficientes para que se deseje a continuidade da aliança política. A Central de Cooperativas, já criada, e os dirigentes da Vyty-Cati assumem a parceria política.

É evidente que tal projeto de desenvolvimento sustentável para a região não vai surgir somente da RFC. Poderá ser construído por um conjunto de atores. Falta muito, mas a RFC está se articulando com outras entidades e redes que se situam no mesmo campo e podem coletivamente formular algumas bases para um outro desenvolvimento.

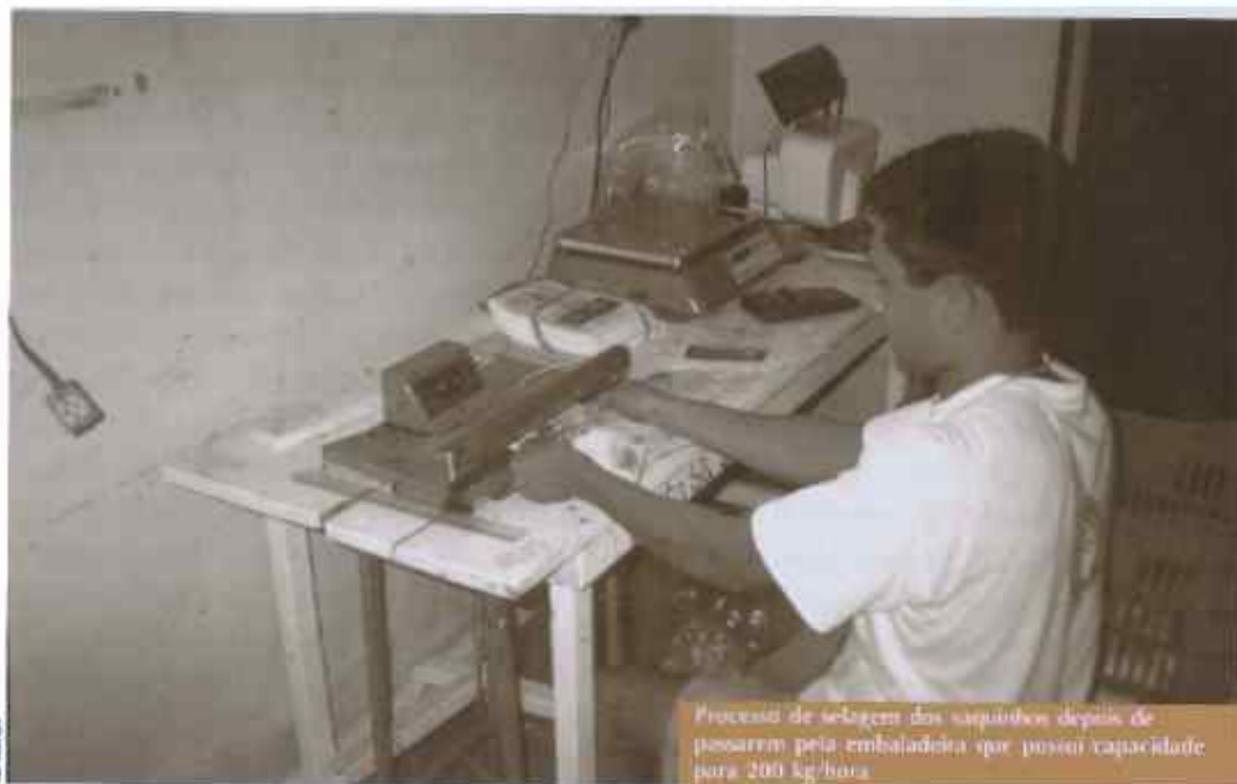
O Centru pertence à Rede Agroambiental do Maranhão (Rama). Juntamente com a maioria das cooperativas e associações, é membro do GTA Babaçu e nacional, da Rede Cerrado, da Consulta Carajás, do CNS. O GTA e o CNS ainda são vistos como majoritariamente orientados para a Amazônia, e a RFC não se destaca nessas entidades. Quanto à Rede Cerrado, faltam recursos financeiros para que esta possa participar mais ativamente. De modo geral, essas articulações ainda carecem de aprofundamento.

Documentação e divulgação

O subprojeto de Acompanhamento e Monitoramento colocava como um de seus objetivos 'realizar a documentação e a divulgação do trabalho realizado'. É sabido que esse objetivo é um dos mais difíceis de ser atingido. Em geral, não se destina orçamento nem tempo para isso. Esquece-se de que exige qualificação especial. Enfim, raramente as entidades envolvidas em projetos dessa natureza reúnem condições para cumprir com o que decidiram.

As cooperativas e as associações desenvolveram algumas atividades de divulgação ao seu alcance nas rádios locais (Coopei e Coopajol), em escolas (Santa Maria), nos STRs (praticamente todos), nos Conselhos municipais (quase todos), na Câmara de Vereadores de Amarante etc. Essas atividades, porém, deram-se por meio de comunicação oral. Em alguns casos, existem registros fotográficos sem que saibamos se foram usados para atividades de divulgação do PFC. Mas é preciso deixar claro ser impossível exigir delas a produção de documentação escrita. Uma outra forma de comunicação poderia resultar de trabalhos de estudantes: estão em curso três monografias sobre cooperativismo, uma tese de antropologia e outra de sociologia sobre frutos do Cerrado.

No plano geral, é lamentável que não se tenha equacionado a retomada posterior e a finalização das filmagens realizadas por Murilo Santos, as quais significaram investimento de tempo e dinheiro. O PFC foi divulgado, como já dito, ao público mais próximo (trabalhadores rurais e aldeias indígenas), nas articulações também próximas (GTA, Rede Cerrado, Fórum Carajás), no encontro nacional promovido pelos Fóruns de ONG sobre Reforma Agrária e Meio Ambiente no fim de 1999. Mas, de palpável, existe somente, por enquanto, o vídeo produzido pelo PDA, um informe PDA, uma reportagem sobre o bacuri e outros materiais de divulgação sobre a criação recente da Central, divulgados no "Mirante Rural" da Globo de Imperatriz.



Processo de selagem dos saquinhos depois de passarem pela embaladeira que possui capacidade para 200 kg/hora

Processamento e Comercialização

Na concepção inicial do Projeto encaminhada ao PDA objetivava-se produzir e coletar frutas nas diferentes cooperativas e associações, enviá-las até Carolina, onde seriam processadas para posterior comercialização. No decorrer da implementação do Projeto, não foi possível alcançar tal objetivo em decorrência de fatores importantes, como:

- falha na mensuração da logística de transporte da matéria-prima das áreas produtoras até a fábrica em Carolina. As distâncias a serem percorridas tornaram a atividade economicamente inviável;

- grande perda de frutas durante o transporte das mesmas até Carolina. Isso ocorreu por serem produtos altamente perecíveis, fato agravado pelas altas temperaturas da região e pela falta de sistema de refrigeração do transporte utilizado;
- as vias de escoamento da produção (ramais) são ruins, principalmente durante a estação chuvosa, dificultando ou até mesmo impedindo o acesso às áreas produtivas;
- as principais estradas da região,

utilizadas para o transporte do produto final rumo aos mercados consumidores, são asfaltadas, mas apresentam muitos trechos danificados, o que dificulta e encarece o transporte;

- a capacidade inicial de processamento da fábrica, prevista para 200Kg/dia, não foi suficiente para absorver toda a produção dos associados, ocasionando grandes perdas. Esse fato desestimulou parte dos associados, demandando muito tempo para recuperar a confiança dos mesmos. Foi necessário empreender algumas mudanças drásticas, como o processamento das frutas nas próprias cooperativas e associações, em especial aquelas que não podiam levar a produção até Carolina;
- a falta de pessoal especializado para a comercialização também provocou estagnação da fábrica. O estoque demorava a girar e com isso não se podia adquirir mais matéria-prima por falta de espaço de estocagem;
- as condições de armazenamento mostraram-se inadequadas, do ponto de vista de escala, para o tamanho do projeto. Os freezers não suportavam a oferta de produtos dos associados e de terceiros. Este problema foi solucionado em parte com a aquisição do

contêiner de armazenamento, ampliando-se a capacidade para 15 toneladas. Mas ainda persistem os problemas com o resfriamento antes do congelamento, já que este é muito demorado por falta de equipamento específico, o que algumas vezes ocasiona a perda de produto.

Ao longo de três anos de atividades, os associados e os coordenadores do PFC acumularam uma grande experiência, enfrentando e tentando solucionar os diferentes problemas que se apresentaram. Especificamente com relação ao processamento e à comercialização da produção, interessantes mudanças de estratégias foram adotadas para amenizar os problemas identificados, como:

- **processamento artesanal** - Como a fábrica não era capaz de processar toda a produção, as cooperativas e as associações começaram a improvisar um processamento artesanal em suas próprias instalações, congelando e armazenando o produto final em freezers.
- **despoldador** - Procurando aumentar a capacidade de processamento da fábrica de Carolina, os integrantes do Projeto adquiriram um despoldador de melhor qualidade em substituição à 'vaca mecânica'. Esse novo equi-

pamento, juntamente com o embalador e a seladora, aumentou a capacidade de processamento para 200Kg/h. O despoldador ainda é subutilizado, por ter uma capacidade de 1.000Kg/h.

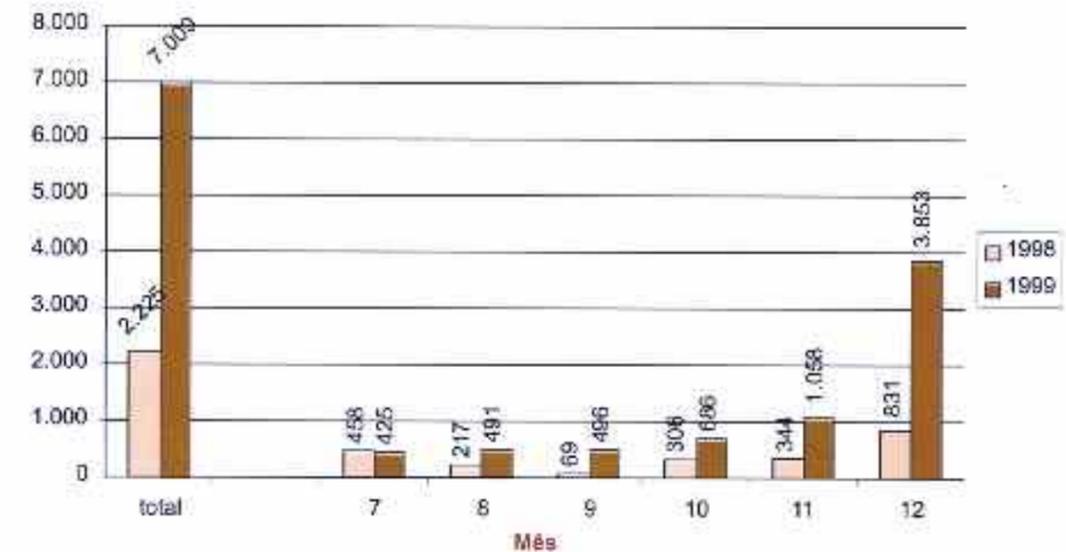
- **Contêiner** - A compra do contêiner tornou-se possível graças a algumas sobras do orçamento, resultado de economias e adaptações do cronograma de desembolso inicial. Este proporcionou um aumento da capacidade de armazenamento para 15 toneladas. Representou uma mudança imprescindível para o PFC, porém, ainda ocorreram perdas de produção, já que o processo de congelamento diretamente no contêiner é lento, ocasionando a deterioração e a perda do produto. Para solucionar tal problema será necessária a compra de um resfriador que proporcione uma rápida diminuição da temperatura da polpa, para posterior congelamento.

- **Nova fábrica** - Visando atender de uma forma adequada à demanda real e, posteriormente, à potencial, articulou-se a construção de uma nova fábrica em Carolina, mais moderna, maior e com as especificações exigidas pela lei, em substituição à atual.

- **Convênio** - Como não havia pessoal adequado para encarregar-se da comercialização, um convênio de cooperação técnica com o DED disponibilizou dois cooperantes, os quais ficam em período integral na área de comercialização. Como primeira tarefa, começaram a sistematizar informações sobre entrada e saída de produtos da fábrica e sobre o custo real de produção, o que ainda não havia ocorrido. Como resultado desse trabalho inicial, pode-se observar no Gráfico 1 (página 47) uma comparação entre a venda de polpa de fruta de 1998 e 1999, nos meses de julho a dezembro. O Quadro 5 (página 47) apresenta o resultado operacional do ano de 1999.

A fábrica não mantém relações comerciais diretas com as unidades de processamento artesanal das cooperativas e das associações. Isso confirma a necessidade de se adotar a proposta de redesenho do PFC, com a incorporação de mais duas fábricas, uma no pólo Imperatriz e outra no pólo São Raimundo das Mangabeiras. Esse redesenho visa solucionar a dificuldade da entrega da produção, centralizada em Carolina. O Quadro 6 (página 48) apresenta uma estimativa da capacidade de produção de cada pólo.

Gráfico 1. Venda de Polpa de Frutas (em Kg) pela Fábrica de Carolina, entre os Meses de Julho a Dezembro de 1998 e 1999.



Quadro 5. Resultado Operacional do Ano de 1999, com Base no Segundo Semestre, Segundo Dados Disponíveis (em R\$).

Discriminação	Meses						Total
	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	
RECEITAS							
Venda de polpa	1.351,20	1.627,35	1.110,08	1.932,20	3.268,20	13.019,05	22.308,23
Varição de existência de polpa	nr	nr	nr	nr	nr	9.329,24	9.329,24
Outras receitas					10.000,00		10.000,00
Total de Receitas	1.351,20	1.627,35	1.110,08	1.932,35	13.268,20	22.348,29	41.637,47
CUSTOS							
Custos variáveis	-310,18	-291,17	-889,52	-521,06	-4.491,80	-5.730,17	-12.233,89
Custos fixos e outros	-1.791,81	-2.358,75	2.741,97	-4.879,13	-5.145,83	-9.360,01	-26.277,50
Subtotal de custos (fixos + variáveis)	-2.101,99	-2.649,92	-3.631,49	-5.400,19	-9.637,63	-15.090,18	-38.511,39
Varição de existência de insumos	nr	nr	nr	nr	nr	nr	-
Custos financeiros					-150,00	-150,00	-300,00
Total de Custos	-2.101,99	-2.649,92	-3.631,49	-5.400,19	-9.787,63	-15.240,18	-38.811,39
Resultado Operacional	-750,79	-1.022,57	-2.521,41	-3.467,84	3.480,57	7.108,11	2.826,08

Quadro 6. Estimativa de Produção de Fruta por Pólo Regional para cada Fábrica de Processamento de Polpa de Frutas, de Acordo com o Redesenho do PFC (em toneladas).

Espécie	Pólo de Produção			Total
	Imperatriz	Carolina	São Raimundo	
Caju	2.500,00	600,00	850,00	3.950,00
Cajá	300,00	750,00	180,00	1.230,00
Bacuri (massa)	12,00	36,00	22,00	70,00
Buriti	2.000,00	1.500,00	1.600,00	5.100,00
Juçara/Açaí	300,00	150,00	-	450,00
Bacaba	50,00	30,00	-	80,00
Murici	110,00	140,00	-	250,00
Araçá	5,00	6,00	18,00	29,00
Cupuaçu	5,00	3,00	-	8,00
Mangaba	12,00	8,00	5,00	25,00
Total	5.294,00	3.223,00	2.675,00	11.192,00



M. 304

Sustentabilidade e Replicabilidade do Projeto

A noção de sustentabilidade é bastante controversa. Vai de uma noção que privilegia a necessidade de cuidar da base de recursos materiais necessária a perpetuar um modo de produção e consumo de tipo ocidental (Relatório Brundtland) a uma perspectiva mais abrangente, que inclui uma série de componentes, tal como proposta por Guimarães (1998)¹.

As formulações levam-nos a concluir que não se tem uma definição aca-

bada e nem se poderia ter. Um modelo de desenvolvimento é fruto de um jogo de forças técnicas, sociais e culturais e não o produto da mera racionalidade econômica. Assim, entendemos sustentabilidade como “o processo pelo qual as sociedades administram as condições materiais de sua reprodução, redefinindo os princípios éticos e sociopolíticos que orientam a distribuição de seus recursos ambientais”². Com essa definição, podemos afirmar que:

¹ R. Guimarães, “Os caminhos da sustentabilidade cinco anos depois da Rio 92”, *Brasil Século XXI*, Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, FASE, Rio de Janeiro, RJ, 1998.

² H. Acselrad e J-P. Leroy, “Novas premissas da sustentabilidade democrática”, *Cadernos de debate N° 1*, FASE, Rio de Janeiro, RJ, 1999.

- o PFC, ao articular sociedade, valores, recursos ambientais, cultura e reprodução material, está no âmago do processo de construção de um projeto de sustentabilidade;
- se compreendemos que não existe homogeneidade social e que cada grupo tem sua própria definição de sustentabilidade, a tendência será de que as forças dominantes na sociedade definam o sentido da sustentabilidade;
- mas como não há nenhuma fatalidade na história, nenhum determinismo, há espaço para que setores das sociedades local, regional, nacional e internacional disputem o senso da sustentabilidade.

Vamos, portanto, resistir à tentação de esgotar a resposta numa simples resposta, a saber se o PFC é ou não sustentável, a partir da ótica ideologicamente dominante em que prevalece uma racionalidade estritamente econômica, ainda que esverdeada. No contexto regional, nacional e internacional atual, em que a única medida do sucesso é o lucro, efetivamente o PFC não é sustentável.

Só o será quando houver o reconhecimento, de parte da sociedade e dos detentores do poder, de que a bio e a sociodiversidade são um patrimônio do país, que todos têm direito à cidadania, que o modelo atual concentrador de ri-

queza e de poder e destruidor dos recursos naturais é perverso e atrasado etc. Fora disso, a economia da exploração madeireira, da monocultura de grãos e dos grandes empreendimentos predominará. É claro que, na situação atual, o Projeto não está em condições de pesar sobre as forças que fazem a balança se inclinar na direção da insustentabilidade.

Vale ressaltar que tal apreciação independe dos eventuais lucros que o sucesso econômico do PFC poderia propiciar. Não se chegou lá e nem se poderia, pois o sucesso real depende de um conjunto de fatores: educação, assistência técnica e crédito adequados, sistema de vias de comunicação e transporte capilares, políticas ambientais efetivas etc., que, por sua vez, dependem de uma reorientação das políticas nacionais.

De qualquer modo, se o PFC não é sustentável, ele está criando as condições para entrar nesse debate com qualidade, ou seja, para poder influenciar os rumos do desenvolvimento local/regional. Por que e como?

1. as cooperativas e as associações integrantes do Projeto não se colocam como pobres vítimas merecedoras de favores. Com raras exceções, não grassam posturas clientelistas em relação ao PFC e ao PDA. A trajetória de pessoas e entidades no campo da RFC mostra um grupo engajado, trabalhador, politizado, com todas as qualificações humanas para a tarefa de inovação e formulação;



Contêiner de armazenamento de polpa de fruta, também usado para fruta in natura e congelamento do produto final, com capacidade para 15 toneladas de polpa.

2. neste trabalho estão engajadas duas entidades com longa tradição de trabalho na área e compromisso pessoal e institucional. Essa presença, com as devidas autocríticas e correções de rumo, representa um fator importante de sustentabilidade. Junto com elas, vimos a atuação complementar, num momento ou outro, de várias outras entidades, tais como CPT, Cáritas, Cefas, DED, APA-TO, Capina, Cese, Ceris, Pacs. Não se deve esquecer que as ONGs tentam compensar a ausência, aos pequenos produtores, da rede de apoios políticos, técnicos e financeiros etc., que beneficia os empreendimentos econômicos predominantes e que assegura a sua 'sustentabilidade' econômica;

3. a RFC não é um grupo isolado. Tenta compensar a sua exclusão das redes político-econômicas dominantes por um outro tipo de inserção na sociedade local, regional e mesmo nacional. Participa da confecção de um outro tecido social e territorial juntamente com os excluídos e os que estão à margem social, cultural, política e economicamente do que se costumou chamar desenvolvimento. Articula-se com outras entidades: associações, sindicatos, pastorais; insere-se em redes e coletivos: Rama, GTA Nacional e GTA Babaçu, Fórum Carajás, Rede Cerrado, CNS;

4. a RFC está atuando numa escala regional e intercultural que assegura a possibilidade de seus membros se reforçarem mutuamente e acumularem for-

ças, de terem um certo peso e poderem produzir algum impacto;

5. as lideranças têm clareza da sua argumentação e do valor da posição que defendem: preservação e manejo do Cerrado como alternativa viável;

6. está em curso, como enfatizou um dos principais idealizadores da RFC, uma mudança cultural: desloca-se o eixo de produção e extrativismo do ciclo curto para um ciclo longo. Passa-se da agricultura migrante e de coivara a uma agrossilvicultura perene, enraizada na terra e no ecossistema;

7. os sócios das cooperativas e das associações acumularam grande potencial produtivo;

8. criaram-se as bases para a viabilização de alguns empreendimentos econômicos;

9. a RFC e o PFC situam-se no campo da multifuncionalidade da agricultura e da agrossilvicultura. Os pequenos produtores e os povos indígenas envolvidos cumprem não só uma função econômica produtiva, mas contribuem com a manutenção do ecossistema do Cerrado e da zona de transição entre dois ecossistemas, conservam a biodiversidade e a qualidade das águas, o equilíbrio climático, aliviam a pressão sobre as cidades etc. Cumprem, portanto, funções sociais e ambientais relevantes para o conjunto da sociedade e do país;

10. o Projeto mostrou uma relação custo-benefício razoavelmente positiva.

É com uma certa hesitação que formulamos essa apreciação. De fato, sob o ângulo da racionalidade economicista, meramente monetária e imediatista, houve desperdício de dinheiro (desaparecimento de boa parte do Fundo Fixo e comercialização aquém das expectativas). Um consultor/visitante do Banco Mundial chegou a comentar que era muito dinheiro investido no Projeto. Consideramos, ao contrário, que não foi muito, levando em conta o número de entidades participantes e a área de ação. Considerando que o Estado investiu pouquíssimo ou nada na educação rural na região, na assistência técnica, na profissionalização, em estradas e infraestruturas, em crédito apropriado à microeconomia local etc., os recursos públicos – inclusive nem brasileiros – investidos nesse projeto representam uma quantia ridícula diante do déficit e da dívida social acumulados. Não poderiam preencher as lacunas do passado, mas até que foram bem apropriados, mostrando a capacidade dos seus beneficiários em saber fazer deles um aprendizado e um bom uso, em contraste nítido com a burocratizada e pouco econômica gestão dos recursos públicos de que freqüentemente temos notícias;

11. organismos públicos, tais como o BNDES e o BNB, começam a se interessar pela RFC. Ressalta-se que, do interesse à ação, há provavelmente um longo caminho.

Do plano do que poderíamos chamar de 'macro-sustentabilidade', passa-

mos ao da 'micro-sustentabilidade'. Dentro dos parâmetros econômicos atuais e do que diz o senso comum da sustentabilidade, alguns empreendimentos, pelo menos em curto prazo, quem sabe no médio prazo, têm condições de sobreviver, sob condição de que lhes seja assegurado algum apoio. Nessa escala, cabe ressaltar se não teria sido melhor desenvolver o PFC somente com três ou quatro entidades. De fato, o mesmo projeto com menos entidades e o mesmo acompanhamento teria maiores chances de micro-sustentabilidade, mas perderia força política e, portanto, não avançaria na perspectiva de macro-sustentabilidade.

Mesmo assim, vários microempreendimentos mostram-se promissores. É o caso de alguns viveiros. Já detêm conhecimentos que os distinguem, equipamentos, um acervo de sementes e mudas à disposição etc. Começam a diversificar (frutíferas, madeira de lei, árvores e plantas ornamentais, plantas medicinais), a vender mudas e sementes não só no meio rural, mas na cidade, a assinar contratos com compradores. Pode-se assegurar, assim, pagamento de viveirista e a auto-sustentação do viveiro.

Algumas cooperativas e associações conseguem se manter e manter funcionário(s) e/ou dirigente(s) graças à venda local de polpa; o bom estado dos veículos ocorre graças aos fretes.

Conclusões e Recomendações



A fábrica atual dará lugar a novas instalações, mais modernas, com câmara frigorífica capaz de congelar até 10 toneladas de polpa de fruta.

A visita ao PFC permitiu-nos corrigir a impressão de confusão e desânimo que os relatórios de atividade nos transmitiram. Se o PFC apresenta falhas que esperamos ter deixado claramente expostas, a visita permitiu-nos valorizar seus aspectos positivos. Aspectos que suplantam largamente os defeitos e demonstram o enorme potencial acumulado em três anos e um contínuo e exigente processo de aprendizagem pessoal e coletivo dos participantes do Projeto. Como frutos de nossa observação, fazemos as seguintes recomendações:

1. que o PDA considere este primeiro Projeto como efetivamente o primeiro e continue dando apoio à RFC. Fazemos tal recomendação pelo processo de aprendizado e pela base produtiva acumulada. Além disso, o Projeto integra uma Rede e um conjunto de articulações e contatos que lhe garantirão não ficar ilhado, sem condições de produzir impactos;

2. um projeto desse tipo, que exige estudos preliminares de viabilidade e planos de negócios, deveria ter sido precedido de um 'pré-projeto' de um ano, por exemplo, que permitisse realizar esses estudos e criar as bases para o Projeto atual, ajudando a redimensioná-lo mais objetivamente;

3. foram realizadas, no decorrer do Projeto, várias visitas, consultorias e avaliações. Esses visitantes exigem tempo e nem sempre dão retorno da sua visita. Para o futuro, recomenda-se que as visitas sejam programadas em conjunto, e os relatórios produzidos obrigatoriamente discutidos e/ou socializados com os executores do Projeto;

4. o PFC, no plano municipal, onde estão as cooperativas e as associações, ainda é pouco socializado. Mesmo onde estas participam de conselhos municipais, o PFC foi pouco apresentado à sociedade. Em Loreto, onde foi realizado um diagnóstico municipal, no contexto do Farol do Desenvolvimento, o PFC não foi incluído nem forneceu qualquer proposta. As entidades de acompanhamen-

to poderiam produzir um material de divulgação padrão, com espaço para complementação local (uma coleção de cartazes e folderes, por exemplo), para apresentação pública da proposta e dos resultados junto às escolas, aos conselhos etc. Por meio de seus dirigentes e militantes sindicais, o Centru poderia, com um material desse tipo em mãos, formular propostas de desenvolvimento sustentável para o movimento sindical, em particular a Fetaema e a Contag;

5. a maioria das cooperativas e associações está em negociação com as secretarias municipais de agricultura existentes. Poderiam exigir das secretarias contratação de profissional de agronomia/engenharia florestal e que este se volte para o atendimento, em primeiro lugar, dos grupos organizados que têm propostas. O mesmo deve ser exigido de possíveis financiadores. Nas discussões com o BNB, deve-se exigir que sejam disponibilizados técnicos com perfil e currículo apropriados para elaboração e execução de projetos;

6. o PDA já iniciou reuniões em que participam executores de projetos do PDA e órgãos públicos locais e regionais. Trata-se de uma iniciativa extremamente relevante na medida em que os executores sozinhos não conseguem se fazer ouvir. Mas esses encontros deveriam se dar, se já não é o caso, de dois modos:

- no nível das direções: por exemplo com departamentos compe-

tentes do BNB, com gerências do Estado do Maranhão, com o Comunidade Solidária/Amazônia Solidária, com a Embrapa, com universidades e CNPq, ou sejam com instituições que possam influenciar decisivamente em políticas de financiamento, apoio e pesquisa;

- em âmbito local, em cima de projetos concretos, para discutir sinergias e complementaridade. Por exemplo, garantir o apoio técnico de uma prefeitura num projeto em que o PDA entra com outro componente;

7. parece-nos ser difícil aos executores dos projetos assegurar a produção de material de divulgação ou de outro tipo que possa ajudar na replicabilidade do Projeto. Seria importante, no futuro, dispor de um estudo científico dos diferentes integrantes do PFC e da RFC. O PDA poderia reservar recursos para essas atividades e fazer contatos sistemáticos, convênios com centros de pesquisa e Academia, que possam ajudar a validar cientificamente essa abordagem da sustentabilidade e sua divulgação;

8. a separação administrativa entre cooperativas e associações e Vyty-Cati, já decidida, é adequada. A criação da Central de Cooperativas (inicialmente participariam somente cooperativas) faz parte da resposta aos impasses assinalados e à necessidade de ter um ente jurídico formal para assegurar transforma-

ção e comercialização, respondendo às normas em vigor de registro, inspeção etc., poder receber financiamentos, promover uma marca registrada, entre outros;

9. a decisão de criar três 'pólos de desenvolvimento' complementa adequadamente a decisão anterior. A idéia era que cada pólo se organizasse em Central de Cooperativas. Talvez isto seja possível num futuro ainda indefinido. Embora seja mais adequado começar com uma Central, a criação dos pólos permitirá descentralizar as atividades de processamento e comercialização;

10. a RFC deve ser mantida, garantindo a participação de todas as entidades de trabalhadores rurais e das aldeias indígenas. Além disso, devem ser adotados certos princípios e objetivos definidos de forma coletiva e registrados num 'regimento interno' da RFC. Participariam da RFC as cooperativas que, por um motivo ou outro, não integram a Central de Cooperativas; as Associações, incluindo aquelas na periferia do PFC (tais como a Associação de Wanderlândia, no Tocantins, que também executa um Projeto do PDA); a Associação Vyty-Cati (e as aldeias); as ONGs ativas na região e afinadas com a proposta. A RFC faria parte da Central de Cooperativas (que hoje reúne somente seis cooperativas), dando oportunidade (ainda que indireta) a essas entidades excluídas de fazerem parte da Central;



Esta despolpadora, com capacidade para processar até 1000 kg/hora, substituiu a 'vaca mecânica' (apenas 200 kg/dia)

11. o sucesso futuro da RFC parece-nos estar numa combinação de estratégias e ações: iniciativas no plano dos Grupos de Produção de Base, até mesmo de processamento de doces, geléias, artesanato etc. Ações na cooperativa ou na associação: viveiro, polpas, subprodutos. Podem ser atividades com o conjunto dos sócios, ou voltadas para setores específicos (jovens, mulheres); ações no núcleo do pólo; ações na sede da Central. Cabem, hoje, na RFC vários tipos de projetos: um que junte a Central e os pólos (com o Centru), outro que junte a Associação Vyty-Cati e as aldeias (com o CTI), mas também projetos descentralizados que congregam os mem-

brós de cada pólo e outros individualizados;

12. nenhuma estratégia de sobrevivência dos agricultores familiares pode se basear em uma única linha de trabalho. Recomendamos que suas atividades de produção familiar sejam abordadas de modo integrado: além da produção/coleta de frutas (e madeira, que já deveria entrar com mais força), que seja melhorada a produção de culturas de subsistência, incentivando-se a produção de hortaliças e a criação de pequenos animais. Essas propostas poderiam ser integradas num mesmo projeto e/ou em pequenos projetos descentralizados;



13. os projetos para comunidades, cooperativas e associações poderiam ser elaborados localmente, mas os dirigentes acreditam que lhes falta conhecimento 'para colocar no papel'. Mesmo que seja um projeto de financiamento bancário, a ser preparado pelo próprio banco ou um projeto numa escala maior, de responsabilidade de uma entidade de assessoria, é de fato importante que pessoas do local se apropriem das técnicas de redação de projetos. Trabalhos estão parados porque ninguém se dispõe a redigir pequenos projetos. Existem ONGs nacionais dispostas a organizar cursos com esse objetivo nas comunidades, os quais poderiam facilmente ser promovidos;

14. seria interessante se cada entidade participante do PFC pudesse fazer seu planejamento estratégico. Esse planejamento teria como produto final o Plano de Trabalho de cada instituição. Os financiamentos e os apoios necessários seriam estabelecidos sob a forma de módulos, mas guardando coerência com o Plano geral. De fato, vimos que o PFC era parte de uma estratégia mais ampla, às vezes complementado por outras fontes, particularmente no que diz respeito ao Centru. O Projeto financiado por Bilsance (ex-Cebemo), constituiu-se em componente indissolúvel do PFC na viabilização da Rede Frutos do Cerrado. Não poderiam, a não ser no plano estritamente administrativo e financeiro, ser tratados em separado. Por sua vez, o Centru e a RFC deveriam fazer seu monitoramen-

to e suas avaliações, considerando-os como um Projeto único. Tal procedimento poderia evitar que se repitam problemas como o da contradição vivida pela Cooperativa de Riachão ou o que poderia acontecer com a Coopral. Esta pretende redefinir os Grupos de Produção de Base não mais em função de critérios geográficos, mas de acordo com interesse produtivos;

15. a assistência técnica tem de se aproximar do cotidiano das cooperativas e das associações. Mesmo que cada uma tenha seu próprio técnico ou se beneficie dos serviços de um técnico da prefeitura, duvidamos que a maioria das entidades esteja em condição de 'enquadrar' esse técnico e de lhe dar condições para o melhor cumprimento das suas funções. O caráter inovador do Projeto e suas várias dimensões o tornam complexo e de difícil execução. Somente com muita experiência acumulada, um técnico desconectado de uma organização maior poderia dar conta. Sugerimos que cada pólo contrate o seu técnico, mas que este seja ligado a uma entidade de acompanhamento;

16. as entidades de acompanhamento, para prestar uma assessoria eficiente às cooperativas e às associações, devem complementar o seu quadro de profissionais e/ou estabelecer acordos e convênios com outras entidades para esse efeito, no momento da elaboração dos projetos;

17. o atual PFC é quase que unicamente voltado para polpas. Futuros projetos poderiam incrementar o processamento e a comercialização de outros produtos. Sem prejuízo da sua participação nas instâncias de direção e nas várias atividades das cooperativas e associações, a discussão desse tipo de projeto, seu recorte e a sua implementação deveriam ser deixados nas mãos das mulheres, promovendo, assim, uma maior participação e tomada de responsabilidades.

18. sabe-se que um projeto e o próprio PDA não têm capacidade para evitar a aversão ao campo, manifestada pela juventude rural. Poder-se-ia, no entanto, promover uma reflexão sobre o lugar dos jovens nos projetos e no mundo rural. Bem ou mal, o PFC forneceu algumas possibilidades de qualificação e até de emprego para jovens (viveiristas e administradores). A própria implementação de SAFs exige uma qualificação. O PDA, em convênio com algum centro de educação, poderia fornecer diplomas que reconheçam uma qualificação. Mesmo que não estejam aceitos no currículo escolar, teriam um valor simbólico importante, de valorização dos jovens (e menos jovens), assim como do próprio Projeto. Existe em Imperatriz uma escola familiar rural. O Centru poderia estabelecer um diálogo formal com a escola para prospectar a possibilidade de reforço mútuo.

19. com relação aos viveiros, foram e serão importantes para o desen-

volvimento das atividades do PFC. De maneira geral, todas as cooperativas e as associações viram a necessidade de um viveiro que pudesse atender aos associados. Porém, com o ganho de experiência na produção de mudas, percebeu-se o interesse de terceiros pelas mesmas, transformando-as numa fonte de renda adicional. Devido à escassez de recursos para infra-estrutura, não se pôde ampliar a atuação dos viveiros nas comunidades dos municípios. Deve-se fazer um esforço para adequá-los às exigências de registro, como melhoria da infra-estrutura (água, energia, materiais e insumos, etc.), o que permitiria aumentar o leque de clientes, assim como melhorar o apoio aos associados;

20. recomenda-se que o projeto a ser financiado apresente um Plano de Negócios, evitando, assim, erros primários nas estimativas, como ocorreu com a viabilidade econômica;

21. recomenda-se também a contratação/parceria de pessoal qualificado para se dedicar à área de comercialização do PFC, já que esta é de grande importância para a sustentabilidade do Projeto;

22. recomendações específicas:

- a cooperativa de Loreto está bastante fragilizada. Só recentemente parece ter incorporado a dimensão de SAFs. Conta, no entanto, com sócios e dirigentes de muita boa vontade e com um quadro institucional favorável



(apoio da prefeitura). Deve-se procurar formas de fortalecê-la e lhe prestar assessoria;

- as duas associações que compõem o subprojeto de Santa Maria do Tocantins têm dificuldades de se entender, apesar do trabalho de gestão excelente e transparente feito pela atual direção. A integração de uma ou das duas associações do município que estão em contato com o Projeto poderia ajudar a resolver essa situação;
- a AAPP, por atuar em Carolina, onde está a fábrica, não realiza o gerenciamento do seu estoque de polpas. Essa situação dá um certo sentido de esvaziamento da sede da Associação e conduz a algumas incompreensões. Seria oportuno um diálogo franco entre a AAPP e a Associação Vyty-Cati/CTI;
- com a implantação da Central de Cooperativas da RFC, possivelmente Santa Maria do Tocan-

tins ficaria de fora, porém cabe ressaltar aqui a eficiente gestão administrativa desse projeto, assim como o excepcional desempenho dos viveiristas que passaram por ele. Pode-se dizer que é um dos melhores viveiros do PFC, se não o melhor. Ressalta-se também a capacidade de solucionar problemas, como o caso do processamento da produção que seria feito em Carolina, mas por causa da grande distância acabou sendo feito de forma artesanal na própria sede do projeto, com boa qualidade e apresentação. Recomenda-se, nesse caso, especial atenção para encontrar uma forma de apoiá-lo, seja melhorando a capacidade de processamento de frutas e armazenamento, seja não marginalizando-o do PFC pelo fato de estar em outro Estado e muito distante dos demais, já que percebe-se o grande potencial de crescimento desse projeto.

Lista de Siglas

- AAPP – Associação Agroextrativista dos Pequenos Produtores de Carolina
APA-TO – Alternativas para Pequena Agricultura no Tocantins
Basa – Banco da Amazônia S.A.
BNB – Banco do Nordeste
Capina – Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa
Ceás-PI – Centro Educacional São Francisco de Assis
Centru – Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural
Ceris – Centro de Estatísticas Religiosas e Investigação Social
Cese – Coordenadoria Ecumênica de Serviços
Cetral – Centro de Estudos do Trabalhador Rural
CNPAT – Centro Nacional de Pesquisa da Agroindústria Tropical
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNS – Conselho Nacional dos Seringueiros
Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
Coopaema – Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas do Estreito do Maranhão
Coopajol – Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de João Lisboa
Coopemi – Cooperativa Mista dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Montes Altos
Coopevida – Cooperativa Agroecológica para a Vida de São Raimundo
Coopral – Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Loreto
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CTI – Centro de Trabalho Indigenista
CVRD – Companhia Vale do Rio Doce
DED – Deutscher Entwicklungsdienst (Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social)
Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

Fase – Federação de Órgãos de Assistência Social e Educacional
Fetaema – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Maranhão
GPB – Grupos de Produção de Base
GTA – Grupo de Trabalho Amazônico
Ibama – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ONG – Organização Não-Governamental
PACS – Políticas Alternativas para o Cone-Sul
PDA – Subprograma Projetos Demonstrativos
PFC – Projeto Frutos do Cerrado
Poema – Programa Pobreza e Meio Ambiente
Prev-Fogo – Programa de Prevenção de Incêndios Florestais
Proteger – Programa do GTA de Prevenção de Incêndios Florestais na Região Amazônica
Rama – Rede Agroecológica do Maranhão
Reca – Reflorestamento Econômico Consorciado e Adensado
Rede Cerrado – Rede de ONGs do Cerrado
RFC – Rede Frutos do Cerrado
SAF – Sistema Agroflorestal
ST – Secretaria Técnica do PDA
STR – Sindicato de Trabalhadores Rurais
Sudam – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Vyty-Cati – Associação Indígena das Comunidades Timbira do Maranhão e Tocantins